Diário da Manhã

DM 45 ANOS

DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R$ 2,50

TERÇA-FEIRA | ANO: 46 | Nº 13.323 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS | 03 DE JUNHO DE 2025

Rotatividade médica prejudica saúde pública

Percentual médio de médicos que deixaram postos de trabalho na chamada Atenção Primária à Saúde (APS) entre 2022 e 2024 foi de 33,9%, o que prejudica o atendimento. Rotatividade de profissionais é maior em locais que têm Produto Interno Bruno (PIB) menor. ***Página 3***

Daniel conhece em Singapura tecnologias para combater criminalidade

Vice-governador de Goiás, Daniel Vilela esteve no Cyber Fusion Centre, em Singapura, e acompanhou projetos com inteligência artificial para identificar mídias falsas. Missão liderada pelo gestor busca trocar experiências nas áreas de tecnologia e administração pública. ***Página 6***

Senador Canedo vive era de desenvolvimento

Município avança com investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e mobilidade. Cidade colhe frutos de gestão voltada ao planejamento, responsabilidade fiscal e compromisso com a população. Obras estruturantes, modernização dos serviços públicos e programas sociais fortalecem crescimento ordenado da cidade, gerando mais oportunidades e qualidade de vida para os moradores.

Páginas 4 e 5

Câmara de Senador Canedo impulsiona o progresso

Câmara Municipal de Senador Canedo tem desempenhado um papel essencial no fortalecimento do desenvolvimento da cidade. Com atuação focada em legislar com responsabilidade e fiscalizar com independência, o Poder Legislativo tem sido parceiro estratégico nas principais transformações do município. A atuação conjunta entre vereadores e comunidade tem impulsionado o progresso local, contribuindo para que Senador Canedo siga crescendo com organização, equilíbrio e compromisso com o futuro. ***Página 8***

Saiba quem é a piloto de 23 anos que fez pouso de emergência



Comandante de voo goiana, Nayane Porto, de 23 anos, foi a responsável pelo pouso de emergência da aeronave que levava a apresentadora Lívia Andrade de Goiás para São Paulo. Formada em Ciências Aeronáuticas, jovem acumula milhares de seguidores nas redes sociais. ***Página 2***

Caiado se destaca em ranking



Presença digital do governador de Goiás Ronaldo Caiado mais que dobrou em maio, segundo Índice Datrix. Promessa de anistia a Bolsonaro impulsionou engajamento. ***Página 7***

Petrobras reduz em 5,6% preço da gasolina nas refinarias *Página 3*



ROTA 190

aulusrg@hotmail.com ÁULUS RINCON

Homem é sequestrado e assassinado após fazer piada com torcedores



Uma brincadeira feita com desconhecidos em uma distribuidora de bebidas culminou com o sequestro e assassinato de um homem de 26 anos, em Goiânia. Dois autores do bárbaro crime foram presos em flagrante, e um terceiro participante está sendo procurado.

Foi após conseguir imagens de câmeras de segurança de um comércio que fica no Residencial Vereda dos Buritis que agentes da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) elucidaram a morte de um homem que teve o corpo encontrado na manhã do último dia 26 de maio, em uma estrada vicinal no Bairro Vera Cruz, em Goiânia. Pelo vídeo, dá para ver quando a vítima, que não teve a identidade revelada, foi obrigado a entrar em um carro branco.

Após analisarem as imagens, os agentes da (DIH) identificaram Higor Rodrigues de Jesus, e Alexandre Rodrigues Pereira como sendo dois, dos três homens que saíram com o homem no carro. Quando presos, os dois acusados vestiam camisetas de uma torcida do Palmeiras (SP).

Durante as investigações, os agentes descobriram que a vítima foi sequestrado e morto com facadas após dizer para os dois presos, e a um terceiro homem que os acompanhavam na distribuidora de bebidas, que nem sabia existirem torcedores do Palmeiras em Goiás. O terceiro suspeito de participação no homicídio já foi identificado, mas segue foragido.

Outros delitos

De acordo com a Polícia Civil, "a divulgação da imagem e identificação dos presos foi precedida de despacho, nos termos da Lei nº. 13.869/2019, portaria n.º 547/2021 – PC, fundamentado na possibilidade de surgirem novas testemunhas que possam ajudar a esclarecer o crime em questão, bem como apurar outros possíveis delitos cometidos pelos presos".

A reportagem do Diário da Manhã não conseguiu contato com as defesas de Hgor e Alexandre, mas o espaço está aberto, caso queiram se pronunciar. O nome e a imagem do terceiro acusado de participação no homicídio não foram revelados. Também não foi informado se os dois presos, e a vítima, já possuíam antecedentes criminais. O assassinato sem qualquer justificativa, segundo um dos policiais que participaram da investigação, só reforça a tese de que os crimes praticados por integrantes de torcidas organizadas nada tem a ver com o futebol, ou com a paixão por determinado time, ou agremiação.

Pastor morre esfaqueado pelo ex de sua namorada

Inconformado com o fim do relacionamento, mesmo após vários meses, um homem que mora em Anápolis assassinou, com várias facadas, o atual namorado de sua ex- mulher. Atacado de surpresa no Bairro Calixtópolis quando saía para um culto, o pastor João Evangelista Souza Ferreira, 36, nem teve tempo para reagir, e morreu antes mesmo da chegada do socorro médico. Após o crime, o assassino fugiu em uma moto, e, apesar de já ter sido identificado, continuava foragido, até o início da noite de ontem.

Cigano é executado dentro de casa em Teresópolis

A Polícia Civil está em busca de imagens que possam ajudar a identificar o carro usado por dois pistoleiros que assassinaram João dos Santos, 81, em Teresópolis, cidade que fica na região metropolitana de Goiânia. De etnia cigana, o idoso foi morto quando estava dentro de sua casa, no Rua Alcides Pereira, no Bairro Jardim Teresópolis. Testemunhas contaram ter visto dois pistoleiros fugindo logo após os disparos, e entrando em um veículo, ainda não identificado. Com mais esta morte, agora já são quatro os casos de pessoas assassinadas dentro de casa em Goiás, em menos de duas semanas.

Suspeito de tráfico leva a pior após dois confrontos

Após atirar e fugir correndo a pé contra uma equipe de área que tentou abordá-lo em Edéia, um homem que estaria traficando drogas na região sudoeste de Goiás morreu baleado durante uma nova troca de tiros, desta vez com militares da Companhia de Policiamento Especializado (CPE) de Rio Verde. Além de um revólver calibre 38, os policiais apreenderam sete munições do mesmo calibre. A Polícia Militar não divulgou a identidade do suspeito, mas afirmou que ele já possuía antecedentes por roubo, tráfico de drogas, e posse ilegal de arma de fogo.

A coluna **ROTA 190** é publicada diariamente neste espaço.
Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Piloto goiana fez pouso de emergência em avião que levava Lívia Andrade

Nayane Porto, de apenas 23 anos, foi a responsável pelo pouso de emergência da aeronave que levava a apresentadora Lívia Andrade de Goiás para São Paulo



Nayane se formou em ciências aeronáuticas há dois anos em Goiás

Alberto Carlos

A comandante de voo goiana, Nayane Porto, de apenas 23 anos, foi responsável pelo pouso de emergência da aeronave que transportava a apresentadora Lívia Andrade de Goiás para São Paulo. O incidente ocorreu na noite da última quinta-feira, 29, em Jundiaí (SP).

A aeronave de pequeno porte partiu de Pires do Rio (GO) e apresentou falhas no trem de pouso, já sobrevoando o interior paulista. O pouso foi realizado com segurança no Aeroporto Estadual Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiaí.

Nas redes sociais, Nayane, que é piloto de avião comercial, relatou que, durante a aproximação ao Aeroporto Campo de Marte, na capital paulista, houve uma falha na indicação do abaixamento do trem de pouso.

Ela e seu colega de cabine, Neto Lima, tentaram então repetir o procedimento normal por mais duas vezes, realizando passagens rasantes sobre a pista do Campo de Marte para que a torre pudesse verificar visualmente o sistema do trem de pouso.

"Quando constatamos a falta de indicação no sistema primário, decidimos seguir o procedimento secundário (manual) de abaixamento do trem de pouso, conforme o manual da aeronave", explicou a piloto em sua postagem nas redes sociais.

História

Formada em Ciências Aeronáuticas há pouco mais de dois anos, Nayane já conta com milhares de seguidores nas redes sociais. Ela compartilha sua rotina como piloto, trazendo curiosidades sobre aviação e imagens das vistas durante os voos pelo Brasil e pelo mundo. Natural de Goiânia, mas residente em Senador Canedo, formou-se pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Em suas redes sociais, Nayane relembra seu primeiro voo solo, realizado em 30 de julho de 2020, no Aeroclube de Goiás. Em 27 de abril, ela postou no Instagram imagens de seu primeiro voo internacional, que teve como destino Las Vegas, nos Estados Unidos. Com experiência em sete tipos de aeronaves, ela possui habilitações em Multimotor, Piloto Comercial e Voo por Instrumentos.

Seus posts geram muitas interações, com internautas elogiando a jovem piloto. "Você foi a heroína de ontem? Nossa, além de Deus que estava sempre no controle, você foi incrível! A verdadeira mulher-maravilha! Que Deus te abençoe e te proteja sempre", comentou um seguidor.

Prefeitura lança seleção para vagas rotativas de táxis em terminais

A Prefeitura de Goiânia abre hoje processo seletivo para permissionários de táxis interessados em ocupar vagas rotativas nos terminais Rodoviário e de Campinas. Serão oferecidas 18 vagas temporárias, sendo 12 no Terminal Rodoviário de Goiânia e seis no de Campinas.

Podem participar motoristas autônomos, pessoas físicas, com permissão regularizada junto à Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET). A seleção busca democratizar o uso dos pontos estratégicos da cidade, com permissão válida por seis meses.

As inscrições devem ser feitas de 3 a 9 de junho, das 8h às 16h, na sede da SET, localizada na BR-153, nº 703, Setor Alto da Glória. A lista de candidatos aptos será divulgada no dia 12 de junho, com prazo de recurso entre 13 e 18 de junho.

O sorteio que definirá os permissionários será realizado no dia 25 de junho, às 9h, na sede da SET. Todo o processo seguirá critérios técnicos previstos em edital, garantindo isonomia e transparência na ocupação das vagas.



Rotatividade de médicos prejudica saúde pública primária

Percentual de médicos que deixaram postos de trabalho na chamada Atenção Primária à Saúde (APS) entre 2022 e 2024 foi de 33,9%



Pesquisa utilizou dados públicos oficiais provenientes de fontes como Datasus

Rafael Cardoso

O percentual médio de médicos que deixaram postos de trabalho na chamada Atenção Primária à Saúde (APS) entre 2022 e 2024 foi de 33,9%. A rotatividade de profissionais é maior em locais que têm Produto Interno Bruno (PIB) menor.

As informações, que levam em conta os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, fazem parte de uma base de dados lançada ontem pela Umane, organização que fomenta iniciativas no âmbito da saúde pública, e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Marcella Abunahman, médica de família e comunidade, uma das autoras do estudo e pesquisadora do FGVsaúde, reforça que são necessários mais estudos para entender os percentuais de rotatividade de médicos e outros trabalhadores da área da saúde na APS.

Ela defende que é preciso investir principalmente em locais com menos estrutura para reter os profissionais, já que a rotatividade de alta traz prejuízos para toda a comunidade envolvida.

"Uma saída é sempre péssima, porque é rompida a continuidade com paciente, família, equipe e todo o território. Os estudos mostram que é preciso pelo menos um ano para eu começar a conhecer meu paciente. E para que o meu paciente comece a me reconhecer como médico dele. Para a gente começar a criar algum vínculo. Quanto mais se conhece o paciente, mais acertos, menos erros e maior satisfação, porque eu gero o melhor resultado", diz Marcella.

Pesquisa

A pesquisa utilizou dados públicos oficiais provenientes de fontes como Datasus (departamento de informática do SUS), o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), e-Gestor Atenção Básica (E-Gestor AB), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata) e o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Eles estão organizados em um painel interativo no site Observatório da Saúde Pública.

O levantamento mostra progressos na cobertura, mas destaca desafios como a fixação de profissionais, cobertura vacinal, atenção aos portadores de condições crônicas e solicitação de exames para rastreios oncológicos. Um dos objetivos é ajudar gestores da área de saúde a aprimorar os serviços da APS.

"Apesar das limitações e inconsistências observadas em algumas informações, a base de dados proporciona um diagnóstico preliminar valioso, que pode orientar gestores e formuladores de políticas públicas na identificação de oportunidades de melhoria e no desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da atenção à saúde em todo o país", diz Pedro Ximenez, cientista de dados da Superintendência de Estatísticas Públicas da FGV.

Atenção Primária à Saúde

O Ministério da Saúde define a Atenção Primária à Saúde como o primeiro nível de atendimento à população. Ela inclui ações para promover e proteger a saúde, diagnosticar, tratar, reabilitar e reduzir danos. É a principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção.

De acordo com Marcella Abunahman, médica de família e comunidade, uma das autoras do estudo e pesquisadora do FGVsaúde, a APS funciona como um filtro para organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

"É na APS que se criam os laços e a relação vitalícia com a Unidade Básica de Saúde, com o médico e a equipe local, como os enfermeiros e os técnicos. Onde podem ser feitas todas as consultas de rotina desde o nascimento", avalia Marcella.

Diário da Manhã
dm.com.br

UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52
Fundado em 12 de março de 1980

Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser **Fundador** | Welliton Carlos **Editor-Geral** | Júlio Nasser **Presidente**

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br
Redação - online@dm.com.br
Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R$ 49,90/mês | R$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R$ 2,50 | Domingo: R$ 3,50

Ulisses Aesse
Editor-chefe de reportagem e coordenador de pauta

Helton Lenine
Política
Patrick de Noronha
Internacional e Ciência

dm.com.br

dm digital

acervo de edições


Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo Jornal Diário da Manhã



Petrobras reduz em 5,6% o preço da gasolina nas refinarias

Petrobras anunciou ontem o corte de 5,6%, ou R$ 0,17 por litro, no preço da gasolina vendida por suas refinarias. O novo valor, de R$ 2,85 por litro, passa a vigorar nesta terça, 3.

Foi o primeiro corte no preço do combustível desde julho de 2024. Considerando que a mistura vendida nos postos tem 27% de etanol, a estatal espera um repasse ao consumidor final de R$ 0,12 por litro.

"Com o reajuste anunciado, a Petrobras reduziu, desde dezembro de 2022, os preços da gasolina para as distribuidoras em R$ 0,22 por litro, uma redução de 7,3%. Considerando a inflação do período, esta redução é de R$ 0,60 por litro ou 17,5%", afirmou a empresa, em nota.

A redução do preço da gasolina tem grande impacto na inflação, já que o combustível é o produto com maior peso no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), referência para a definição da política monetária do país.

Prefeito Paes veta Dia da Cegonha Reborn no Rio de Janeiro

Eduardo Paes (PSD), prefeito do Rio de Janeiro, vetou o projeto de lei que pretendia instituir o dia 4 de setembro como o Dia da Cegonha Reborn na cidade.

"Com todo respeito aos interessados, mas não dá.", escreveu Paes no Instagram, junto a imagem do documento em que consta sua assinatura com o veto integral.

Na justificativa do projeto de lei, o autor, vereador Vitor Hugo (MDB), argumenta que "o nascimento de um bebê é um momento singular na vida de uma mulher, e não é diferente para as mamães reborn, porém, os seus filhos são enviados por cegonhas, sendo esse o nome conferido às artesãs que customizam bonecas para se parecerem com bebês reais."

Segundo o parlamentar, os bebês realistas estão ganhando cada vez mais espaço e viraram febre mundial.

Senador Canedo se transforma em cidade digital

Ao completar 36 anos, o município da Região Metropolitana se consolida como referência em tecnologia e inovação. O foco é melhorar a gestão para atender de forma mais eficiente ao cidadão nos serviços de rotina

O prefeito de Senador Canedo, Fernando Pellozo, costuma dizer que foi eleito já falando em tecnologia, ao buscar ferramentas para seu trabalho à frente de unidades de saúde do município. Fisioterapeuta concursado há mais de duas décadas, sempre viu na tecnologia um caminho seguro para resolver questões diárias, como o registro de ponto dos colaboradores e a distribuição de senhas para os pacientes, por exemplo.

À frente da prefeitura, começou a participar, em 2022, do movimento das cidades digitais no Brasil. O resultado prático é animador. A mudança definitiva de chave aconteceu com a inauguração do Paço Municipal, a nova sede da prefeitura de Senador Canedo. Ali, foi implantada uma proposta de Papel Zero. "Não se trouxe nada para o Paço, mobiiamos e equipamos tudo, de acordo com a proposta de gestão tecnológica", lembra o prefeito. A ideia foi eliminar o papel e adotar um sistema de processos eletrônicos. Tudo tramita de forma virtual, gerando economia e dando maior agilidade à gestão.

Em menos de dois anos, 8 milhões de documentos deixaram de ser impressos. Com isso, houve economia estimada em cerca de R$15 milhões. É o que seria gasto não só pelo papel consumido, pela tinta e equipamentos para impressão, além da manutenção do sistema. Com a tramitação eletrônica, acabou também o movimento de funcionários e processos, atrás de soluções, assinaturas e mais papel. Outro reflexo está na renovação de frota. Com a concentração de órgãos no novo prédio e o processo eletrônico, metade da frota de veículos foi dispensada na hora da renovação. Por falta de necessidade.



Prefeito Fernando Pellozo e a primeira dama Sinome Assis caminham juntos por Senador Canedo

Do outro lado do balcão, ganha o cidadão, que já tem à sua disposição mais de 900 serviços, que podem ser acessados, resolvidos e acompanhados pela internet, sem sair de casa ou do trabalho. Claro que unidades como o Ganha Tempo continuam abertas para orientar e ajudar quem precisa de informação para se ambientar ao novo atendimento implantado.

No novo prédio, foi adotada ainda a biometria para controlar o acesso das pessoas. O ponto dos servidores agora é registrado no celular. Um avanço a cada dia, todos no sentido de facilitar a vida de todos. Isso tudo em um processo que está exigindo capacitação permanente para a integração de todos os servidores a essa proposta, que já é sentida também na rotina dos cidadãos.

A segurança em Senador Canedo é reforçada por um eficiente sistema de videmonitoramento. Todos os acessos a iniciativas da prefeitura vêm sendo feitos pela internet. Isso vale para a vaga no transporte escolar, nos cursos de capacitação oferecidos, no cadastro para benefícios sociais e para a moradia popular, e avançando fortemente, neste momento, no atendimento à saúde, que caminha para consolidar também os protocolos eletrônicos.

A vida muda rápido nos dias atuais. Como cidade de 100 mil habitantes que mais cresce no país, Senador Canedo vem utilizando a tecnologia e a inovação como instrumentos para ser melhor a cada dia.

Olho eletrônico para ter mais segurança

A segurança foi a primeira área a participar desse processo de inovação em Senador Canedo. O número de câmeras de monitoramento na cidade subiu de pouco mais de 60 para cerca de 1,7 mil em apenas quatro anos. Elas estão instaladas nas unidades de saúde e educação, nas principais vias e lugares públicos. A Central de Videomonitoramento ganhou sede nova e a sensação de segurança aumentou consideravelmente na cidade. Os sistemas de alarmes das escolas e unidades de atendimento à saúde estão ligados à Central, contando ainda com botão de pânico, para a busca de ajuda em caso de alguma ocorrência grave.

O resultado dessa soma de forças é que a Guarda Civil Municipal, que já vinha ganhando com aumento de efetivo e melhorias na capacitação e nos armamentos, passou a ter esses olhos eletrônicos que estão mirando toda a cidade. Com isso, o tempo médio de atendimento tem ficado em 3 minutos. Na violação a um CMEI, de Senador Canedo, no mês passado, o alarme da unidade disparou, acionou a Central, que solicitou uma equipe da GCM, que chegou ao local em 2 minutos e 20 segundos, evitando um furto de equipamentos da unidade. A tecnologia está a serviço da eficiência da GCM.

No trânsito, os equipamentos têm contribuído com a redução da velocidade, diminuindo o número de vítimas. Algumas câmeras tem leitor de placas, que tem demonstrado eficiência. Em apenas 40 dias, na implantação do sistema, há três anos, foram 15 veículos com registro de roubo recuperados a partir do registro pelas câmeras.

E a sua utilidade é sentida todos os dias. Pichações e vandalismo a monumentos públicos são registrados, coibidos e punidos



Agente da central de monitoramento acompanha imagens em tempo real das câmeras de segurança instaladas em pontos estratégicos de Senador Canedo

a partir das imagens. O recurso vem sendo usado recentemente ainda para o combate ao descarte irregular de lixo e entulho, em pontos já conhecidos na cidade.

O resultado na segurança é palpável. São os olhos que têm ajudado a GCM, a Polícia Militar e a Polícia Civil a manter uma cidade mais segura a cada dia.

Tempos de novas casas no Canedo

Nos próximos meses, uma das prioridades do prefeito Fernando Pellozo é atingir a meta de oferecer 3 mil novas moradias a quem mais precisa em Senador Canedo. "A cidade cresce, e todos tem que crescer juntos, criamos a Secretaria da Habitação, que está sendo muito eficiente na busca de parcerias para levar a quem mais precisa a realização do sonho da casa própria", diz ele.

No ano passado, as primeiras 99 unidades foram entregues, em parceria com o Governo de Goiás, através da Agehab, nos Residenciais Terra Bela e Porto Seguro. Neste ano, já foi feito o processo de inscrição para 384 apartamentos, que estão sendo construídos, em parceria com o governo federal, através do programa Minha Casa, Minha Vida. Ainda para esse ano, serão lançadas pelo menos mais 1,5 mil unidades, em novas parcerias que já estão em fase de contratação.

Novas ações estão sendo planejadas com a Agehab, além da fase final de construção de 50 novas moradias, que vão atender a famílias que possuem o Aluguel Social e vão ter o próprio teto.

A saúde ganha referência em novas unidades

O atendimento à saúde em Senador Canedo entra em um novo momento. Depois de resgatar e pagar uma dívida herdada de R$30 milhões com fornecedores e prestadores de serviço, a saúde entra em um novo momento em Senador Canedo. São novas unidades, com atendimentos inéditos no município, mostrando que muito pode ser feito. As melhorias já são sentidas na rotina diária. E muito mais está chegando para transformar a saúde dos canedenses.

Todas as 23 unidades básicas de saúde e os três Prontos Socorros do município passaram por reforma completa. Tudo para dar maior segurança e tranquilidade para quem trabalha nesses locais e, principalmente, para quem busca o atendimento na área de saúde. A Maternidade Aristina Cândida e a UPA, está a maior unidade para atendimento em saúde de Senador Canedo, passaram não só pela primeira reforma completa, como ampliaram a estrutura e os atendimentos oferecidos.

Neste ano, a primeira novidade foi a entrega da Clínica TEIA, exclusiva para o atendimento de crianças com até sete anos, com diagnóstico dentro do espectro autista. O trabalho já começou dando um alívio para famílias inteiras, já que está trabalhando terapias com as crianças e também está atendendo pais que precisam de ajuda para a rotina dos filhos em casa. A clínica tem capacidade de cuidar de 120 crianças, com 4 mil procedimentos por mês, e já é considerada como a mais bem instalada neste tipo de tratamento em Goiás.

O próximo passo será o Centro de Especialidades Médicas e Reabilitação. O prédio já está pronto, contando com uma piscina terapêutica aquecida e coberta para trabalhos de fisioterapia, outro equipamento inédito para o município. Foram doze anos de obra parada, que se transformaram em realidade. É uma unidade que será referência para o atendimento à saúde em Senador Canedo.

A saúde também investe em tecnologia, para eliminar a tramitação de papéis e exames, que podem se perder no meio do caminho. Os processos virtuais agilizam o atendimento. O investimento em tecnologia vem sendo feito para que tudo trâmite eletronicamente, mostrando que a saúde em Senador Canedo caminha também pela trilha virgual.

Enquanto isso, segue investindo na construção do Hospital Municipal, que vai dar autonomia maior na atenção à saúde no município.



Lideranças se reúnem na inauguração do Centro TEAcolher em Senador Canedo

Educação em novo ritmo

Senador Canedo conta com 52 escolas e mais de 26 mil alunos. A gestão Pellozo reformou 80% das unidades e ampliou vagas com novas salas. Com mais de 2 mil professores concursados, o município paga acima do piso salarial e oferece kits escolares completos. A tecnologia chega com 5 mil chromebooks, tablets e chips para acesso à internet, fortalecendo o aprendizado digital.


Com sorriso no rosto, nossa comunidade recebe os kits escolares entregues pela Prefeitura de Senador Canedo

Senador Canedo, cidade linda, limpa e bem cuidado

A chamada zeladoria tem recebido atenção especial nos últimos anos em Senador Canedo. As ruas, que estavam esburacadas em 2021, receberam cuidados em duas frentes. A primeira, emergencial, com a operação tapa-buraco, que acabou se tornando permanente, para garantir a qualidade na malha viária do município. A segunda, de forma permanente, com o recapeamento, que já renovou o asfalta em quase 1000 vias em 80 bairros de Senador Canedo. A melhoria é sentida diariamente,por quem transita diariamente pela ciade e por quem visita o município. 99% das vias canedenses já tem asfalto e o esforço feito nos primeiros anos da gestão Pellozo já permite levar o asfalto aos poucos bairros e vias que ainda não possuem o benefício.

A coleta de lixo foi terceirizada e ganhou regularidade. Todo morador sabe o dia em que a coleta vai passar. O trabalho seletivo também está implantado, garantindo mais vida útil ao aterro sanitário, um dos poucos em Goiás que tem as licenças ambientais com as práticas corretas para o tratamento do lixo.

A iluminação é 100% LED e vai receber nos próximos dias manutenção geral. Essa é a mesma iluminação que está presente no trecho urbano da GO-403, feita pelo município para contribuir com a segurança na rodovia estadual, em uma das principais vias de acesso a Senador Canedo.

A cidade está linda, limpa, segura e bem iluminada. As pessoas sentem que Senador Canedo está melhor a cada dia.

Mais água para todos

Senador Canedo tem a Sanesc, um patrimônio da população, criada para atender aos serviços de água e esgoto do município. Se em 2021, era uma companhia quebrada, sem capacidade de investimento e equipamentos sucateados, hoje vive dias bem diferentes. A captação de água, antes feita por bombas movidas a óleo diesel, foi toda energizada. A capacidade de produção de água tratada já aumentou 160% e dobrou a extensão de adutoras e o volume de água armazenada nas represas e nos reservatórios. Alguns desses reservatórios começaram a receber água apenas no ano passado. A região do Morumbi, uma das mais afastadas e carentes do município, ganhou reservatório próprio para atender à população que sonhava com água de qualidade. Uma qualidade que é testada e avalizada diariamente pela análise de amostras retiradas em todas as regiões da cidade todos os dias.

Além do investimento na ampliação da rede de água tratada para o Morumbi, está em fase de instalação uma nova estação, que vai aumentar em 10% a capacidade da Sanesc. Com isso, vai haver mais segurança na entrega de água tratada a todos. Segurança, por sinal, que foi ampliada com a construção do Haras 2, o maior lago para produção de água da cidade, com capacidade para quase meio bilhão de litros. Esta nova reserva foi a principal responsável por não haver crise no abastecimento de água no ano passado.

Vem mais investimentos aí. Com elevatórias construídas e estação de tratamento renovada, a Sanesc está fazendo 8 mil novas ligações, com meta em elevar de 7% para 70% o número de residências e empresas com o benefício, gerando mais qualidade de vida.

A Sanesc está investindo ainda na informatização de todo o sistema, o que vai permitir maior agilidade na entrega de serviços e na manutenção da rede que chega a 65 mil consumidores.

Todos pelo social

Sob comando da primeira-dama Simone Assis, a Secretaria de Assistência Social apoia famílias vulneráveis com programas federais e municipais, como Bolsa Família, Aluguel Social e cestas básicas. Capacitações e atendimento ao idoso são prioridades. Eventos como o Canedo Fest Show arrecadam toneladas de alimentos para entidades locais, reforçando a cultura da solidariedade e o cuidado com a população.


Entrega de escrituras garante segurança jurídica a famílias de Senador Canedo
Moradora se emociona ao receber, em sua própria casa, a escritura definitiva do imóvel onde vive

DM 45 ANOS



Café da manhã

ULISSES **AESSE**

ulissesaesse6@gmail.com

Lorota

Mais um aluguel. A Petrobras anunciou a redução do preço da gasolina aos postos de gasolina, mas com certeza não vai chegar aos consumidores.

Só, só

Mesmo que caia centavos para o consumidor, o seu preço sobe inexplicavelmente pouco depois da hipotética redução. No Brasil, é assim. Só se sabe explorar o pobre do consumidor e motorista.

Prateleira

Marca tradicional de café fake, a Melissa não está no agrado da Anvisa, que detectou elementos estranhos na sua composição e proibiu a sua venda.

Reputação

Aliás, cada denúncia contra empresas que têm suas reputações manchadas por coisas que não deveriam acontecer.

Complicado

A vida do jogador Neymar não está boa, longe disso. Só notícias ruins sobre seu desempenho em campo e sua vida social. Pior que não se vê esforço seu em melhorar o ritmo e sair dessa urucubaca...

Torcidas

Se não bastasse as brigas entre as torcidas do Vila Nova e Goiás, inclusive, com torcedores mortos dos dois times, agora, os goianos são obrigados a conviver com os torcedores do Palmeiras, que, em Goiânia, mataram um torcedor, que fez uma brincadeira com eles.

Medão

É verdade. O governo federal está com o maior medão dos EUA em relação às retaliações feitas a integrantes do STF. Tanto que o Itamaraty pouco tem-se pronunciado sobre o caso. O medo, nesse caso, não resolve.

Menos

A farmacêutica responsável pela marca Ozempic não aguentou a concorrência e deve baratear a medicação para emagrecimento. A previsão é que ele caia 20% o valor do seu preço.

Mais

No Brasil, uma outra droga para o emagrecimento passou a ser vendida.

Front Rage Piano Quartet no Lilian Centro de Música



O Lilian Centro de Música recebe no próximo sábado o Front Rage Piano Quartet. Integrado por Theresa Bogard (piano), Karen Becker (violoncelo), Erik Peterson (violino) e Glêsse Collet (viola), o grupo se apresenta no auditório do Lilian Centro de Música. Quarteto internacional, com uma representante brasileira, o Front Range tem experiência nos principais palcos do mundo. Professora de viola na Universidade de Wyoming, Collet emigrou para os EUA em 2016. Os demais integrantes têm grande fluência erudita nos festivais de música. É o caso da pianista americana Bogard, premiada no Concurso Internacional Mozart de Pianoforte da Bélgica. O grupo investe em repertórios de compositores como Mozart, Mahler, Schoenfield, Clarisse Assad, dentre outros. Lilian é uma entusiasta da música de alta performance e dedicada formadora de músicos. Herdou da nora Belkiss Spenciere a missão de trazer para Goiás grandes intérpretes. Mais informações do evento estão no Instagram da pianista: liliancentrodemusica.

CEI para ajudar crianças autistas

Um grupo de vereadores protocolou, na Câmara de Goiânia, requerimento para criação de Comissão Especial de Inquérito (CEI) destinada a investigar dificuldades enfrentadas por mães de crianças autistas no acesso a tratamentos de saúde adequados em Goiânia. A proposta, liderada pelo vereador Heyler Leão (PP), surge diante de denúncias recorrentes de descredenciamento de clínicas especializadas por planos de saúde e da precarização do atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o documento, pais relatam interrupção de terapias essenciais; alta rotatividade de profissionais; e negligência na execução de planos terapêuticos indicados por especialistas. O impacto financeiro da manutenção de tratamentos também tem gerado preocupação às famílias. Segundo o requerimento, a CEI será composta por sete membros titulares e por três suplentes, com prazo de atuação de 120 dias, prorrogáveis conforme o Regimento Interno da Casa.

Pela paz, acima de tudo!

A ONU parece ser um mecanismo ultrapassado embora tenha boas intenções na defesa da paz entre as nações. Países beligerantes, que apostam em conflitos para se cacifar são os grandes adversários da entidade-organização. Não há como aceitar a prepotência de alguns países, já vocacionados pelos conflitos, e permitir que inocentes morram em guerras como a da Russia e a Ucrânia e de Israel contra o povo palestino.

Paulo Cupertino, foragido e agora julgado por ter matado a família do namorado de sua filha, pegou uma pena de 98 anos de cadeia. Pelo jeito, depois de dar um baile de fugitivo na polícia, vai apodrecer na cadeia. É o que se espera.

O próximo feriado de Corpus Christi, de fato, será um feriadão. Cai na quinta-feira, que muitos deverão emendar os dias até a segundona.

Os Correios com déficit, mas a diretoria quer comprar carros de luxos para seus integrantes. Ninguém entende isso. Ninguém.

'O Senhor, pois, é aquele que vai adiante de ti; ele será contigo, não te deixará, nem te desamparará; não temas, nem te espantes'. - Deuteronômio 31:8

'CUPERTINO É O MEU SOBRENOME, E É UM SOBRENOME QUE EU TRAGO COM MUITO ORGULHO, PORQUE É O SOBRENOME DA MINHA MÃE. A MINHA FILHA SE CHAMA ISABELA TIBCHERANI CUPERTINO MATIAS. A PRIMEIRA COISA QUE ELA FEZ, EXCELÊNCIA, FOI TIRAR O NOME DELA, CUPERTINO' - ASSASSINO CONDENADO, PAULO CUPERTINO

Visita de Daniel à Interpol reforça laços de cooperação internacional

Daniel Vilela destacou a queda da criminalidade no estado, impulsionada por inovação



Daniel Vilela com autoridades e representante da Interpol em Singapura

WELLITON CARLOS

Vice-governador de Goiás, Daniel Vilela visitou ontem (2) a sede da Interpol, em Singapura. Ele conheceu os sistemas de segurança cibernética, monitoramento policial e operações internacionais utilizados pela organização. A missão liderada pelo gestor busca trocar experiências nas áreas de tecnologia e administração pública.

Durante a visita, o grupo que acompanha Vilela esteve no Cyber Fusion Centre. O órgão é dedicado ao combate a crimes digitais.

Por sua vez, o Command and Coordination Centre apoia operações conjuntas e grandes eventos. Um dos pontos altos da visita ocorreu quando a Interpol mostrou um projeto de identificação de mídias falsas produzidas por inteligência artificial. Financiado pelo governo do Japão, o programa demonstra como os sistemas de Segurança aos poucos migram para o virtual.

Daniel explicou que - desde 2019 - Goiás tem registrado queda em indicadores de criminalidade, associada a investimentos em tecnologia e integração entre forças de segurança. "A troca de informações com outras instituições contribui para aprimorar nosso trabalho", disse Daniel Vilela.

Goiás compartilhou experiências e detalhou a aplicação de inteligência artificial no sistema de vigilância do estado. Analista da Interpol e especialista em forense digital, Paulo Noronha acompanhou a comitiva liderada por Daniel.

Prefeito de Posse representa FGM em evento sobre IA

REDAÇÃO

O prefeito de Posse, Paulo Cezar Krauspenhar, o Paulo Trabalho, representou a Federação Goiana de Municípios (FGM) em audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal. O convite para a participação foi feito diretamente pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD), relator da proposta. O debate tratou do Projeto de Lei 3.018/2024, que propõe um regulamento de centros de processamento de dados (CPDs), também conhecido como data centers, voltados para aplicações de inteligência artificial (IA).

A audiência, solicitada por Vanderlan por meio do Requerimento 12/2025, foi a segunda rodada de discussão sobre o tema — a primeira ocorreu no dia 21 de maio. Na justificativa do pedido, o senador ressaltou a importância estratégica dos data centers para diversos setores da economia e alertou para os riscos da ausência de uma regulamentação clara, especialmente no que diz respeito à segurança digital e aos impactos ambientais.

Durante o encontro, foram ouvidos especialistas das áreas de tecnologia, inteligência artificial, representantes do setor privado e autoridades do Governo.

Caiado amplia visibilidade nacional e se destaca em índice digital de presidenciáveis

Governador melhora desempenho em maio, puxado por declarações que agradaram a base bolsonarista, como a promessa de anistia a Bolsonaro

Helton Lenine

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), apresentou crescimento em sua presença digital no mês de maio, aproximando-se dos principais nomes da corrida presidencial para 2026. O avanço foi captado pelo Índice Datrix de Presidenciáveis (IDP), que avalia o desempenho de pré-candidatos nas redes sociais e plataformas digitais.

Após registrar uma pontuação modesta de 3,64 em abril, Caiado saltou para 8,12 no mês seguinte, puxado por declarações que agradaram a base bolsonarista, como a promessa de anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), caso eleito.

De acordo com o relatório, a fala de Caiado, feita à GloboNews em 14 de maio, teve forte repercussão entre apoiadores da direita e alavancou sua visibilidade digital. "Sem dúvida, o que mais engajou, realmente, foi a promessa de anistia ao Bolsonaro", afirma o CEO da Datrix, João Paulo Castro, ao jornal O Popular. "Quando ele lida com uma claque bolsonarista, obviamente consegue mexer com uma massa importante nas redes sociais", completa.

Três pilares

O IDP é elaborado com base em três pilares: o desempenho nas redes próprias dos pré-candidatos, o engajamento gerado em ambientes externos — como perfis de influenciadores, imprensa e políticos — e o tom das interações, classificadas de muito positivas a muito negativas. A nota varia entre -100 e +100. Caiado teve desempenho negativo no "mar aberto" (-6,10), mas compensou com alta nas redes próprias, onde atingiu 14,22.

O estudo aponta que o governador goiano "melhorou o desempenho, equilibrando críticas e elogios". Além de Caiado, apenas Michelle Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Tarcísio de Freitas (Republicanos) também registraram crescimento. Segundo Castro, o resultado do goiano é ainda mais relevante por ocorrer em meio a um processo de "nacionalização" de sua imagem, movimento que não é simples fora dos grandes centros.

Viagens ao país

A projeção nacional de Caiado tem sido impulsionada por uma estratégia de viagens e participação em agendas fora de Goiás.



Ronaldo Caiado: presença mais intensa na mídia nacional e redes sociais

Desde que lançou informalmente sua pré-candidatura, em 4 de abril, o governador tem mantido compromissos fora do estado em metade dos dias úteis. Destaque recente foi sua presença no Summit Brazil–US, em Nova York, ao lado de outros governadores, como Tarcísio de Freitas (SP), Cláudio Castro (RJ), Renato Casagrande (ES) e Jorginho Mello (SC).

A presença digital, contudo, não está isenta de controvérsias. O relatório aponta que, embora o anúncio da anistia tenha repercutido positivamente na direita, gerou reações negativas em setores da esquerda. Também influenciaram menções críticas à situação do governador de inelegibilidade — revertida no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) — e aos desdobramentos da Operação Overclean, que apura desvios envolvendo lideranças do União Brasil na Bahia.

Ainda assim, Castro destaca que Caiado vem construindo um "colchão reputacional" capaz de absorver ataques. "O que ele está construindo de defesa da imagem já está sendo suficiente para todas as pancadas que ele toma, seja da imprensa, dos políticos ou dos antagonistas", analisa. "O desempenho do Caiado é mais interessante porque ele consegue, melhor que os outros governadores, equilibrar os ataques que recebe com os posicionamentos que atraem o eleitor".

Comparado a outros nomes fora do eixo Rio–São Paulo, Caiado se sobressai por manter um discurso técnico, ao mesmo tempo em que se alinha com pautas populares entre o eleitorado conservador. "O Caiado está hoje em uma margem que tende ao aumento, com um equilíbrio entre os ataques e defesas", resume Castro.

O goiano tem ampliado de forma considerável a participação em veículos de comunicação, através de entrevistas, o que tem ampliado o grau de conhecimento por parte do eleitor brasileiro. O governador tem intensificado também os discursos de cobrança de ações por parte do governo Lula, o que, também, resulta em maior visibilidade no cenário político nacional.

Presidenciáveis investem em redes sociais para atrair eleitores jovens

A um ano e meio para as eleições de 2026, os pré-candidatos miram no engajamento das redes sociais para atrair o público jovem.

A movimentação dos presidenciáveis Michelle Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Ronaldo Caiado, Romeu Zema, Eduardo Leite, Ratinho Júnior, entre outros, tem se intensificado nos últimos meses, todos em busca de popularidade e crescimento nas pesquisas eleitorais.

O Tik Tok, o aplicativo mais baixado do mundo nos últimos dois anos, entrou na rota das campanhas à Presidência da República. A rede social chinesa faz sucesso entre o público jovem e já tem 140 milhões de usuários no Brasil. Por lá, são publicados vídeos curtos, de até 60 segundos.

"Popularidade digital não é necessariamente popularidade na vida real. Especialmente porque, na internet, a gente tem não só ruído, a gente tem, por exemplo, seguidores que não são reais; a gente tem plataformas que às vezes parece que tem muita gente ali, mas não tem tanto assim ou mesmo que a pessoa está só passando e viu, mas ela não se engajou mesmo", explicou o diretor do InternetLab, Francisco Brito Cruz.

"Então tem várias formas de medir, não dá pra confundir uma coisa com a outra. Agora, com certeza, se você constrói uma infraestrutura de distribuição do seu conteúdo digital você consegue chegar nas diferentes demografias, partes da população, que fazem uso intensivo dessas plataformas", analisa Cruz.

O TikTok vem ganhando espaço no Brasil, mas ainda está bem atrás de Whatsapp ou Instagram. A grande vantagem da plataforma são suas funcionalidades, que permitem alterar o final dos vídeos ou ainda fazer os populares desafios, em que as pessoas interagem com vídeos já gravados.

Isso torna o TikTok uma ferramenta fundamental para políticos que querem viralizar. Uma das contas mais bem sucedidas nessa estratégia é a do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-presidente.

A pesquisa da FGV aponta que Carlos é responsável por metade das interações que vídeos do TikTok conseguem, por exemplo, no Twitter. Ele costuma compartilhar vídeos das realizações do governo do pai, momentos descontraídos de Bolsonaro com apoiadores e ainda vídeos salientando valores morais.

"Bolsonaro consegue usar melhor as redes, historicamente, desde as eleições, porque, de fato, eles sempre entenderam que o processo político, no mundo contemporâneo – em que você opera em 24 por 7, ou seja, 24 horas e sete dias por semana, o debate público nas redes – você não tem esse intervalo entre eleições", avaliou o diretor da Dapp/FGV, Marco Aurélio Ruediger.

Programas completos e os chamados "cortes" – trechos selecionados que depois também são usados nos perfis dos futuros candidatos nas redes sociais – atingem milhões de pessoas. Novíssimos modelos desta comunicação também já inspiram pré-campanhas.

Melhorias na Casa de Leis

A Câmara Municipal de Senador Canedo também promoveu mudanças internas para melhorar o funcionamento da instituição:

Melhoria no quadro de pessoal

Ampliação da equipe com servidores mais técnicos e preparados para cada função, otimizando os processos internos.

Inovação tecnológica

Melhoria nas condições e desempenho do trabalho com a aquisição de computadores de nova geração, novos telefones institucionais e implantação de sistemas modernos.

Comunicação visual renovada

Nova identidade visual da Casa, com comunicação mais clara e objetiva, além de novas placas de identificação para gabinetes, setores e áreas comuns.

Ambientes mais funcionais e acolhedores

Adequação de salas e da galeria para melhor recepção da população e mais conforto no cotidiano legislativo.

Transparência

A Câmara se destaca por suas ações de transparência e responsabilidade com os recursos públicos:

Divulgação de todos os dados no Portal da Transparência, com atualizações frequentes de folha de pagamento, licitações, contratos e demais atos administrativos;

Publicações constantes no Diário Oficial do Município, garantindo a publicidade oficial;

Premiação com o Selo Ouro do TCM, reconhecimento pela excelência na transparência pública.

Compromisso com o Futuro

"Seguimos firmes no propósito de construir uma cidade mais justa, transparente e participativa. Os primeiros 100 dias são apenas o início de um trabalho contínuo em prol de Senador Canedo."























Wesley da Zoomidia
Reinaldo Alves
Anderson Gaúcho
Sergio Bravo Jr.
Leonardo Assunção
Wesley Souza
Robson Henrique
William Coelho
Aristides WrkVida
Marcos Lopes
Tia Fernanda

PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO

Número:	21/2025
Publicação:	15/04/2025
Ementa:	" DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE LUZEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
Tramitação:	
Autoria:	Willian Rodrigues do Nascimento
Situação:	APROVADO

Número:	18/2025
Publicação:	08/04/2025
Ementa:	AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO-GO A FORNECER MEDICAMENTOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE — SUS - AOS USUÁRIOS / PACIENTE QUE APRESENTEM RECEITAS PRESCRITAS POR MÉDICOS DE CLÍNICAS PARTICULARES, CONVENIADOS OU COOPERADOS A PLANOS DE SAÚDE, MESMO QUE NÃO ATENDIDOS PELO SUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Tramitação:	
Autoria:	Robson Henrique De Oliveira
Situação:	APROVADO

Número:	17/2025
Publicação:	07/04/2025
Ementa:	"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO COMPARTILHAMENTO DE ESPAÇOS PARA ATIVIDADES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS (COWORKING) NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Tramitação:	
Autoria:	Reinaldo Alves Dos Santos
Situação:	APROVADO

Número:	14/2025
Publicação:	25/03/2025
Ementa:	"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO TECNOLÓGICO DE GESTÃO APLICADA ITGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Tramitação:	
Autoria:	Arestides Sales da Silva
Situação:	APROVADO

Número:	13/2025
Publicação:	25/03/2025

REQUERIMENTOS

Número:	72/2025
Publicação:	09/05/2025
Autoria:	Robson Henrique De Oliveira
Ementa:	" REQUER APÓS ANUÊNCIA DO PLENÁRIO, SOLICITAR QUE SEJA REALIZADO O ENVIO DE OFÍCIO AO SR. VITOR JOSÉ BORGES JUNIOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, PEDINDO QUE SEJA ENVIADO O CRONOGRAMA INFORMANDO AS AÇÕES A SEREM REALIZADAS, ACERCA DO SERVIÇO DE TROCA DE LAMPADAS, NESTE MUNICÍPIO."

Número:	71/2025
Publicação:	08/05/2025
Autoria:	Wesley De Souza
Ementa:	" VENHO SOLICITAR UMA CLÍNICA DE HEMODIÁLISE AQUI EM NOSSA CIDADE PARA ATENDER AS PESSOAS QUE NECESSITAM DESSE TRATAMENTO E SOFREM COM O DESGASTE DA LOGÍSTICA TENDO QUE DESLOCAR PARA OUTROS MUNICÍPIOS. SOLICITO QUE SEJA FEITO UM ESTUDO PARA QUE O MAIS BREVE POSSÍVEL SEJA CONSTRUÍDA OU QUE FAÇA ALGUM TIPO DE CONVÊNIO OU PARCERIAS, COM O OBJETIVO DE REDUZIR O DESGASTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM DO TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE.

Número:	64/2025
Publicação:	08/05/2025
Autoria:	Anderson Alves De Oliveira
Ementa:	" REQUER APÓS A APROVAÇÃO DO PLENÁRIO, QUE ENVIE UM OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO NO SENTIDO DE QUE VIABILIZE, O GRAMADO SINTÉTICO NO CAMPO DO BUCHUDO QUE FICA NO JARDIM DAS OLIVEIRAS ESQ C/ A RUA JM 28 C/ A RUA ACESSO JATOBÁ DO LADO DA UBS JARDIM LIBERDADE, SENADOR CANEDO-GO."

Número:	86/2025
Publicação:	10/04/2025
Autoria:	Sergio De Souza Bravo Junior
Ementa:	" REQUER APÓS APROVAÇÃO DO PLENÁRIO, QUE SE ENVIE EXPEDIENTE AO PREFEITO FERNANDO PELLOZO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLICITANDO-LHE A INSTALAÇÃO DE UMA CAMERA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO NO POSTE PRÓXIMO A UNIDADE ESCOLAR ABDON FERREIRA DE CARVALHO ESSE BENEFICIO TRARÁ MAIS SEGURANÇA AOS PAIS E ALUNOS DESTA COMUNIDADE."

Número:	85/2025
Publicação:	10/04/2025
Autoria:	Reinaldo Alves Dos Santos
Ementa:	" REQUER A VOSSA EXCELÊNCIA QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA QUE O MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO AVALIE A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA NO LOTEAMENTO VARGEM BONITA, COM O OBJETIVO DE DESTINAR TAL ESPAÇO À CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA DE USO COLETIVO.

P A R A B É N S

SENADOR
CANEDO

36 anos

DE EMANCIPAÇÃO
POLÍTICA





CÂMARA
MUNICIPAL
SENADOR CANEDO

/camarasenadorcanedo

senadorcanedo.go.leg.br



DM 45 ANOS



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Irredutível

Embora aliados pressionam para que Bolsonaro decida até dezembro sobre um nome para as eleições de 2026, o liberal não dá sinais de que vai antecipar sua escolha, o que pode inviabilizar a candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Prazo

É que, para disputar as eleições presidenciais de 2026, Tarcísio de Freitas teria que se desincompatibilizar do cargo de governador de São Paulo até abril do ano que vem. Sem decisão de Bolsonaro, isso não vai ocorrer.

Contas

Enquanto o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), comemora um superávit primário de mais de R$ 700 milhões no primeiro quadrimestre de 2024, o vereador Lucas Vergílio (MDB) criticou o resultado alcançado pela gestão municipal.

Contas II

Segundo Lucas Vergílio, o superávit primário apresentado por Mabel seria artificial, porque, segundo ele, foi resultado de uma ação deliberada do Paço que causou expressiva queda na aplicação de recursos em serviços essenciais e investimentos.

Resposta

O secretário de Infraestrutura do governo de Goiás e ex-prefeito de Catalão, Adib Elias, respondeu o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e disse que o tucano tenta reescrever a história para apagar o colapso administrativo das suas gestões.

Resposta II

Marconi teria insinuado que parte dos resultados positivos do governo Caiado seriam herança de gestões tucanas. Para Adib, a atitude de Perillo é desonesta. "Quem ignorou por anos a segurança agora quer posar de pai do resultado?", questiona.

Odiado

Ao jornal Opção, o secretário de Cultura da Prefeitura de Goiânia, Ugton Batista, amigo pessoal de Jair Bolsonaro, teria afirmado que o deputado federal goiano Gustavo Gayer (PL) é o político mais odiado pelos políticos de Goiás.

Eduardo admite candidatura e sugere que inelegibilidade do pai é irreversível



Eduardo Bolsonaro (PL-SP) queimou a largada ao se colocar como possível candidato à presidência da República em 2026. A declaração, embora envolta em tons de ambição e otimismo, escancarou um movimento estratégico que revela mais do que aparenta: ao se apresentar como presidenciável, o deputado licenciado praticamente admite que seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, está fora do jogo. A fala, ainda que camuflada de fidelidade, deixa transparecer uma aceitação tácita da inelegibilidade do patriarca, o que, nos bastidores, tem provocado ruídos e desconfortos entre aliados mais próximos. A iniciativa do "Zero 3" foi vista por muitos no entorno bolsonarista como intempestiva e descoordenada. Jair Bolsonaro, mesmo diante de decisões desfavoráveis da Justiça Eleitoral e ameaças de novas condenações, insiste em dizer que será ele o candidato em 2026. Ao antecipar um eventual "plano B", Eduardo minou esse discurso, alimentando a percepção de que a família já se conformou com a exclusão definitiva do ex-presidente da disputa. Apesar da tentativa de demonstrar confiança, os sinais emitidos por Eduardo refletem o clima real dentro do clã Bolsonaro: um misto de pessimismo e resignação. A postura do deputado revela que, nos bastidores, a inelegibilidade de Jair Bolsonaro já é tratada como irreversível — e que a guerra agora é para manter a influência política do grupo, mesmo sem o seu principal nome na urna.

Atitude de Eduardo foi vista como atropelo aos aliados da direita

Em entrevista publicada pela Revista Veja, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro resolveu se colocar de vez na disputa ao Planalto em 2026 e atropelou não só os aliados da direita, que discutem a composição de uma chapa majoritária para enfrentar Lula, mas também o próprio pai, já que Bolsonaro sustenta que será ele o candidato, mesmo estando inelegível até 2030. Eduardo, frisou, no entanto, que só se candidataria se for uma missão dada pelo pai.

Fala de Eduardo pode ser estratégia para travar debate na direita

Para analistas, no entanto, o anúncio do deputado Eduardo Bolsonaro sobre sua candidatura ao Planalto em 2026 pode ser uma estratégia para aliviar a pressão sobre seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem se incomodado com discussões na centro-direita para escolher um substituto, já que está inelegível até 2030. O anúncio de Eduardo, na avaliação de bolsonaristas, paralisa o debate por um sucessor de Bolsonaro.

Parlamentares e prefeitos discutem PEC 66 na Alego

Proposta tem parcelamento de dívidas, novas regras previdenciárias e autonomia municipal



José Délio, presidente da AGM, durante debate sobre a PEC 66

Meyrithania Michelly

Deputados federais, prefeitos e representantes de entidades municipalistas participaram, ontem (2), de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Goiás para discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 66, que tramita no Congresso Nacional desde 2023.

A PEC, de autoria do senador Jader Barbalho (MDB), trata de alterações constitucionais com impacto direto nas finanças municipais, abrangendo parcelamento de débitos previdenciários, pagamento de precatórios, desvinculação de receitas e financiamento climático. O evento foi realizado pela comissão especial criada para debater a matéria, em parceria com a Associação Goiana de Municípios (AGM) e a Federação Goiana de Municípios (FGM), com o objetivo de ampliar o diálogo e buscar apoio à aprovação da proposta.

A audiência contou com a participação das deputadas federais Flávia Morais (PDT) e Lêda Borges (PSDB), além de prefeitos, vereadores e secretários municipais. O deputado Daniel Agrobom (PL) participou virtualmente. Todos integram a comissão que acompanha a tramitação da PEC na Câmara dos Deputados. Durante o encontro, prefeitos relataram dificuldades financeiras enfrentadas pelas administrações locais e criticaram a dependência da liberação de emendas parlamentares como única alternativa para obtenção de recursos.

Entre os principais pontos da PEC, está o parcelamento de débitos previdenciários dos municípios e Estados em até 300 vezes, além da adoção automática pelas prefeituras das mesmas regras previdenciárias aplicadas aos servidores civis federais. Também está prevista a limitação no pagamento de precatórios, com a definição de tetos baseados no valor da dívida e na receita corrente líquida de cada município. Prefeitos afirmaram que as dívidas judiciais são impagáveis e comprometem grande parte do orçamento municipal.

Outro item relevante é a proposta de desvinculação de receitas municipais, o que permitiria maior flexibilidade no uso dos recursos. O presidente da AGM, prefeito Zé Délio, defendeu a aprovação da PEC como forma de reverter o atual cenário fiscal. Já o presidente da FGM, Paulo Vitor, criticou a concentração de recursos na União, que hoje fica com 77% da arrecadação nacional, enquanto os municípios recebem apenas 6%.

O presidente da comissão especial, deputado Romero Rodrigues (Podemos), e o relator da proposta, deputado Baleia Rossi (MDB), participaram de forma remota. O relator afirmou que está aberto a sugestões e que a tramitação na Câmara poderá ser concluída ainda no primeiro semestre, desde que não haja alterações no Senado que obriguem o retorno da matéria à Casa de origem.

Ao final da audiência, a deputada Flávia Morais anunciou que apresentará uma emenda incluindo gastos com merenda escolar e uniformes no cálculo dos 25% obrigatórios para a educação, atendendo pedido dos prefeitos. A deputada Lêda Borges também informou que protocolará emenda ao texto da proposta.

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS **BECK**
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

TRADIÇÃO

Delícias da mesa italiana

Como nas edições anteriores, polenta frita chega à 19ª edição do Festival Italiano com status de carro-chefe gastronômico. Cardápio do festival ganhou reforço da sobremesa Tiramisù, feita à base de café e mascarpone

MARCUS VINÍCIUS BECK

FOTOS: ISABELLA MENDES



Só elogios: chef de cozinha Vânia Alves afirma que polenta é nutritiva, versátil e saborosa, além de ser queridinha do público

Nova Veneza, a 41 km de Goiânia, recebe a partir desta quinta-feira, 5, o tradicional Festival Italiano. Neste ano, o evento contará com shows de tenores, corais, danças folclóricas e boa comida — com direito, como manda a cartilha veneziana, às delícias da polenta frita.

Tal e qual nos últimos anos, a polenta chega à 19ª edição do Festival Italiano com status de carro-chefe. A chef Vânia Alves, da Cantina da Nonna, elogia o petisco queridinho. "É muito nutritivo, versátil e saboroso", define Alves, que trabalha no restaurante oficial do evento.

Além da iguaria, o cardápio ganhou o reforço da sobremesa Tiramisù, clássico da mesa italiana à base de café e mascarpone. Dessa vez, haverá novo molho para as massas, feito com cogumelos frescos e filé mignon. Os clássicos, como o de almôndega, seguem no menu.

A operação para alimentar milhares de visitantes é de guerra. Para tanto, serão usados 25 bovinos, 2,5 toneladas de frango, 4 toneladas de tomate e 3 toneladas de macarrão. "É logística militar, mas cada prato é feito com paixão", brinca Alves, bem-humorada.

Para dar conta dessa produção grandiosa, a cozinha do Festival Italiano terá cerca de 200 cozinheiras e auxiliares. Só para a polenta frita — o petisco mais amado pelo público — exige-se uma estrutura complexa: 28 panelas e 27 mulheres. Os preços são os mesmos do ano passado, embora tenha havido de lá para cá uma alta no valor dos alimentos.

Cerca de 30 adultos e crianças aprendem italiano em uma escola da rede pública. Nesta edição, o grupo de alunos participará da missa de abertura, marcada para esta quinta, 5, às 19h, na Igreja Matriz. Os estudantes lerão textos cristãos no idioma de Dante Alighieri.

Os organizadores estão otimistas. Segundo eles, a expectativa é receber pelo menos 130 mil visitantes até domingo, 8, quando o evento chega ao fim. Nesses quatro dias, em que haverá música eclética e pratos típicos, a festa torna Nova Veneza a capital italiana em Goiás.

De acordo com o prefeito Valdemar Costa, o evento "é o nosso 14º salário". "Movimenta todos os setores e coloca Nova Veneza no mapa do turismo regional", afirma, lembrando das áreas aquecidas. "Rural, urbana, comércio, serviços. É um ganho coletivo."



Novidade: Tiramisù leva sabor doce do país mediterrâneo para Nova Veneza

Imigrantes

Tudo começou em 1912, com as primeiras terras da família Stival. Em estudo publicado pela UFG, a historiadora Wilma Amorim afirma que a Itália, no século 19, enfrentava problemas gerados pelo momento político. Na época, o país europeu estava às voltas de ser unificado.

Nos anos 1920, durante a chamada República Café com Leite, Nova Veneza virou distrito de Anápolis. Mas o cenário, como se esperava, não melhoraria com a Segunda Guerra. Pelo contrário, o Brasil uniu-se aos Aliados. Já a Itália vivia sob o fascismo de Benito Mussolini.

Resultado: a pátria dos imigrantes locais era parte do Eixo no conflito mundial. Em grande medida por causa desse contexto histórico, o distrito goiano passou a se chamar Goianás. Só foi adquirir o status de cidade em 1958, ocasião em que recebeu seu batismo —Nova Veneza.

Conforme dados do Censo de 2022, a cidade tem quase 9,5 mil habitantes. Pelo menos 60% desses moradores, segundo a estimativa, são descendentes de italianos. Ou seja, o apreço pela cultura de seus antepassados se confirma na própria programação do Festival Italiano.

Entre os destaques, apresentações nacionais e locais. Os Tenores do Brasil trarão canções tradicionais. Quem também marca presença neste ano é o Grupo Folclórico Ítalo Brasil, de Santa Catarina, estado cuja colônia se formou no século 19. De Goiás, os nomes esperados são o Quinteto de Cordas da Filarmônica, o cantor Almir Pessoa e a Banda Versatto.

Além disso, o festival prioriza atrações de Nova Veneza. Assim como nos anos anteriores, um dos destaques é o coral infantil Vocini di Veneza. São 38 crianças da Escola Frain Faquim. "Muitos ex-integrantes hoje são músicos profissionais. O festival é um trampolim para sonhos", vibra a regente Irailde Pereira, com a expectativa lá em cima para a festança.

Brainfarma

Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permaneceremos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	285.509	98.246
Contas a receber	11	700.143	643.236
Estoques	12	1.128.411	1.435.792
Tributos a recuperar	13	69.957	45.872
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	1.327	279
Outros ativos	14	40.343	40.209
		2.225.690	2.263.634
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	302.199	29.505
Tributos a recuperar	13	35.299	39.656
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	7
Outros ativos	14	4.441	7.088
		341.939	76.256
Investimentos		369	10
Imobilizado	15	2.895.131	2.602.118
Intangível	16	1.110.429	911.923
		4.005.929	3.514.051
		4.347.868	3.590.307
Total do ativo		6.573.558	5.853.941

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Fornecedores	17	334.479	315.520
Cessão de crédito	18	439.980	374.728
Empréstimos e financiamentos	19	10	124
Salários a pagar		130.489	131.562
Tributos a recolher	21	52.027	50.326
Dividendos a pagar		–	31.808
Impostos de renda e contribuição social a pagar		1.869	–
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	14.150
Outros passivos	22	125.418	104.480
		1.084.272	1.022.698
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	–	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	–	79.352
Tributos a recolher		1.523	–
Provisões para contingências	23	8.464	6.090
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	6
Outros passivos	22	28.481	33.170
		38.468	118.628
Total do passivo		1.122.740	1.141.326
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	4.494.701	4.300.088
Reserva de capital	24.b	28.680	21.855
Ajustes de avaliação patrimonial	24.e	28.849	28.185
Reservas de lucros	24.d	898.588	362.487
		5.450.818	4.712.615
Total do passivo e patrimônio líquido		6.573.558	5.853.941

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

			Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Nota	**Capital**	**Opções de compra de ações**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva de subvenção governamental**	**Dividendos adicionais propostos**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**3.427.900**	**18.204**	**41.505**	**23.394**	**7.315**	**162.345**	**–**	**–**	**3.680.663**
Integralização do capital	24.a	872.188	–	–	–	–	–	–	–	872.188
Exercício de opção de compra de ações	24.b	–	3.651	–	–	–	–	–	–	3.651
Resultado líquido do período	24.e	–	–	–	–	–	–	–	328.729	328.729
Constituição de reserva legal	24.e	–	–	–	16.436	–	–	–	(16.436)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	–	–	–	–	219.916	–	–	(185.058)	34.858
Constituição de reserva para orçamento de capital	24.e	–	–	–	–	–	–	95.426	(95.426)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	24.e	–	–	–	–	–	–	–	(31.809)	(31.809)
Dividendos adicionais propostos	24.a	–	–	–	–	–	(162.345)	–	–	(162.345)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	(13.320)	–	–	–	–	–	(13.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.300.088**	**21.855**	**28.185**	**39.830**	**227.231**	**–**	**95.426**	**–**	**4.712.615**
Integralização do capital		194.613	–	–	–	–	–	–	–	194.613
Exercício de opção de compra de ações	24.b	–	6.825	–	–	–	–	–	–	6.825
Lucro líquido do exercício	24.e	–	–	–	–	–	–	–	504.292	504.292
Constituição de reserva legal	24.e	–	–	–	25.215	–	–	–	(25.215)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	–	–	–	–	606.312	–	–	(479.077)	127.235
Reversão de reserva para orçamento de capital	24.e	–	–	–	–	–	–	(95.426)	–	(95.426)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	664	–	–	–	–	–	664
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**4.494.701**	**28.680**	**28.849**	**65.045**	**833.543**	**–**	**–**	**–**	**5.450.818**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	**2024**	**2023**
Operações continuadas			
Receita líquida	25	3.141.421	3.060.705
Custo das vendas	26.a	(2.606.347)	(2.471.623)
Lucro bruto		**535.074**	**589.082**
Despesas com vendas e marketing	26.a	(171.111)	(188.094)
Despesas administrativas e gerais	26.a	(95.980)	(91.256)
Outras receitas operacionais, líquidas	26.b	314.189	137.938
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**582.172**	**447.670**
Receitas financeiras	26.c	20.981	16.075
Despesas financeiras	26.d	(37.481)	(29.379)
Despesas financeiras, líquidas		**(16.500)**	**(13.304)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**565.672**	**434.366**
Imposto de renda e contribuição social	20.c	(61.564)	(105.405)
Resultado líquido das operações continuadas		**504.108**	**328.961**
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas		184	(232)
Resultado líquido do exercício		**504.292**	**328.729**
Resultado por ação			
Resultado por ação (em R$)		0,37780	0,23026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	**2023**
Resultado líquido do exercício	**504.292**	**328.729**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	1.006	(20.182)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(342)	6.862
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	664	(13.320)
Resultado abrangente do exercício	**504.956**	**315.409**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	565.856	434.133
Ajustes		
Depreciação e amortização	131.715	105.639
Perdas *(impairment)* de ativos	18.588	29.210
Resultado na venda de ativos permanentes	119	267
Equivalência patrimonial	(184)	232
Ganhos cambiais	29.715	22.952
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(13.215)	(9.648)
Remuneração com base em ações	6.824	6.030
Provisões e outros	(305.162)	(164.678)
Resultado ajustado	434.256	424.137
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(57.103)	(2.645)
Estoques	246.206	31.947
Tributos a recuperar	(46.441)	(60.385)
Depósitos judiciais e outros	9.625	(309)
Demais contas a receber	4.228	17.548
Fornecedores	(12.441)	(3.531)
Cessão de créditos	65.252	(344.653)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.572)	(71.996)
Tributos a recolher	3.224	13.849
Salários e encargos sociais	(1.072)	(3.094)
Contas a pagar	(6.207)	(10.899)
Juros da operação	(9.620)	38.884
Demais contas a pagar	(4.602)	(461)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	620.733	28.392
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	–	(93.833)
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(176)	(217)
Compra de ativo imobilizado	(394.202)	(412.345)
Compra de Intangíveis	(248.621)	(299.076)
Venda de ativos de natureza permanentes	11.855	45
Mútuos Ativos	(777)	(281)
Juros recebidos	14.161	11.179
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(617.760)	(794.528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos - principal	(8.685)	(12.617)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.473)	(3.172)
Integralização de capital	194.613	735.986
Dividendos pagos	–	(45.401)
Mútuos passivos	2.835	(2.150)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	184.290	672.646
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	187.263	(93.490)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.246	191.736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	285.509	98.246
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	187.263	(93.490)
Transações que não envolveram o caixa	**14.223**	**16.753**
Aquisição de ativo imobilizado	14.223	16.753

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiaí-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapecerica da Serra-SP. Em Barueri-SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de maio de 2025. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações: (a) Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 -** "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **• Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **(b) Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não são permitidas, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alterações ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI *test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *'contracts referencing nature-dependent electricity'*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *'own use*', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*); e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Companhia. ***d. Contabilidade de hedge:*** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos, e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos, e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de *hedge* que visam a cobertura dos

continua→★

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*: *Hedges* de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. ***Hedges* de fluxos de caixa:** Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

	Anos
Edificações e benfeitorias	34,9
Máquinas, equipamentos e instalação	26,4
Veículos	9,2
Móveis e utensílios	19,7
Ferramentas e vasilhames	4,3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 12,3 anos. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment.* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição *(vesting date)*. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	14,4
Veículos	5,0
Equipamentos	2,9

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a. Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **b. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 15). **c. Perda (*impairment*) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas *(impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 25), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 15 e 16). **d. Provisões e contingências passivas:** A nota 23 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade. **4. Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2024			2023		
Passivo	US$ mil	EUR mil	R$ mil	US$ mil	EUR mil	R$ mil
Fornecedores	3.167	–	19.581	3.292	–	15.980
Cessão de crédito	29.210	–	180.544	31.050	–	150.719
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(1.234)	–	(7.630)	(49.194)	(137)	(239.520)
Exposição líquida	31.143	–	192.495	(14.852)	(137)	(72.821)

(*) valores nocionais. **c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2024	2023
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(283.381)	(85.866)
Exposição líquida	(283.381)	(85.866)

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	–	10
Fornecedores	334.479	–	–	–	334.479
Cessão de crédito	439.980	–	–	–	439.980
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	–	–	–	(1.392)
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933

2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	124	10	–	–	134
Fornecedores	315.520	–	–	–	315.520
Cessão de crédito	374.728	–	–	–	374.728
Outros passivos	103.206	8.864	11.277	12.995	136.342
Instrumentos financeiros derivativos	(17.095)	1	–	–	(17.094)
Exposição líquida	776.483	8.875	11.277	12.995	809.630

f. Derivativos: No ano de 2024 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2024, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R$ 7.630 (Em 31 de dezembro de 2023 - R$ 239.520). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R$ 1.327 (Em 31 de dezembro de 2023 perdas de R$ 13.870). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo *(em R$ milhares)*	Contrapartes	Valor de referência (nocional) dez/24	Valor de referência (nocional) dez/23	Valor justo a receber (a pagar)/receber dez/24	Valor justo a receber (a pagar)/receber dez/23	Ganhos/perdas realizadas dez/24	Ganhos/perdas realizadas dez/23
Moeda estrangeira							
Contratos a termo		**7.630**	**239.520**	**1.327**	**(13.870)**	**(4.569)**	**(72.074)**
Posição comprada	Daycoval, Bradesco, Citi, Itaú, BofA, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander, BNP	7.630	267.513	1.327	(14.112)	(4.250)	(75.768)
Posição vendida	BofA, Bradesco	–	(27.993)	–	242	(319)	3.694
Total		**7.630**	**239.520**	**1.327**	**(13.870)**	**(4.569)**	**(72.074)**

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 10,46% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R$ milhares)	Cenário I Apreciação	Cenário I Depreciação	Cenário II 25% de oscilação Apreciação	Cenário II 25% de oscilação Depreciação	Cenário III 50% de oscilação Apreciação	Cenário III 50% de oscilação Depreciação
	5,544	6,840	4,644	7,740	3,096	9,289
Cotação do dólar						
Moeda estrangeira	**(795)**	**795**	**(1.899)**	**1.899**	**(3.799)**	**3.799**
***Hedge* econômico**	(795)	795	(1.899)	1.899	(3.799)	3.799
Contratos a termo						
Objeto do *hedge* econômico	**800**	**(800)**	**1.911**	**(1.911)**	**3.822**	**(3.822)**
Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira	800	(800)	1.911	(1.911)	3.822	(3.822)
Efeito líquido	**5**	**(5)**	**12**	**(12)**	**23**	**(23)**

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos as demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2025.

Cenários de Variação	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Aplicações financeiras	(2.502)	(8.608)	(17.215)
Total do efeito perda (ganho)	**(2.502)**	**(8.608)**	**(17.215)**

Premissas cenário provável: CDI previsto 13,14% a.a.

5. Contabilidade de cobertura *(Hedge Accounting):* A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge,* a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. ***Hedges* de fluxos de caixa:** A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

continua

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2024
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	1.234	(1.234)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	1.234	1.327	(21)
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	–	–	–

					2023
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	32.331	(32.331)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	32.331	(12.518)	447
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	17.000	(1.352)	(1.352)

As operações de *Hedge*s de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de *Hedge* 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,0935. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

6. Empréstimos, financiamentos:

	Taxa nominal	**2024**	**2023**
Financiamento em moeda local			
Financiamento	Pré-fixada de 6% a.a.	10	134
		10	134
Circulante		10	124
Não circulante		–	10

(i) Contratos com cláusulas restritivas quanto à alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2024 as cláusulas restritivas foram atendidas.

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos:	**2024**
Imobilizado (valor líquido) penhorado	10
	10

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo: Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

		Valor contábil		**Valor justo**	
	Taxa nominal	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Financiamentos em moeda local					
Financiamentos	Pré-fixada de 6% a.a.	10	134	10	130
		10	134	10	130

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Passivos				**Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP**			
	Empréstimos e financiamentos	**Tributos a recolher**	**Dividendos a pagar**	**Outros passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2024	**134**	**50.326**	**31.808**	**140.695**	**(286)**	**14.156**	**4.712.615**	**4.949.448**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	194.613	194.613
Pagamento de empréstimos - principal	(123)	–	–	(8.562)	–	–	–	(8.685)
Pagamento de empréstimos - juros	(5)	–	–	(4.468)	–	–	–	(4.473)
Mútuos passivos	–	–	–	2.835	–	–	–	2.835
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(128)**	**–**	**–**	**(10.195)**	**–**	**–**	**194.613**	**184.290**
Outras variações								
Baixa	–	–	–	(363)	–	–	–	(363)
Adições	–	–	–	2.091	–	–	–	2.091
Arrendamentos Mercantis	–	–	–	2.880	–	–	–	2.880
Tributos a recolher	–	1.701	–	–	–	–	–	1.701
Juros apropriados	4	–	–	4.538	–	–	–	4.542
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	6.825	6.825
Dividendos adicionais propostos	–	–	(31.808)	–	–	–	–	(31.808)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	25.215	25.215
Reversão de reserva para orçamento de capital	–	–	–	–	–	–	(95.426)	(95.426)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	606.312	606.312
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	664	664
Outros Passivos	–	–	–	14.253	–	–	–	14.253
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	(59)	–	–	(59)
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	(982)	(14.156)	–	(15.138)
Total das outras variações relacionadas com passivos	**4**	**1.701**	**(31.808)**	**23.399**	**(1.041)**	**(14.156)**	**543.590**	**521.689**
Em 31 de dezembro de 2024	**10**	**52.027**	**–**	**153.899**	**(1.327)**	**–**	**5.450.818**	**5.655.427**

	Passivos				**Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP**			
	Empréstimos e financiamentos	**Tributos a recolher**	**Dividendos a pagar**	**Outros passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**4.927**	**36.477**	**54.115**	**129.920**	**(8.066)**	**7.770**	**3.680.663**	**3.905.806**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	735.986	735.986
Pagamento de empréstimos - principal	(4.765)	–	–	(7.852)	–	–	–	(12.617)
Pagamento de empréstimos - juros	(153)	–	–	(3.019)	–	–	–	(3.172)
Dividendos pagos	–	–	(45.401)	–	–	–	–	(45.401)
Mútuos passivos	–	–	–	(2.150)	–	–	–	(2.150)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(4.918)**	**–**	**(45.401)**	**(13.021)**	**–**	**–**	**735.986**	**672.646**
Outras variações								
Baixa	–	–	–	(2.847)	–	–	–	(2.847)
Adições	–	–	–	16.847	–	–	–	16.847
Arrendamentos Mercantis	–	–	–	24.764	–	–	–	24.764
Tributos a recolher	–	13.849	–	–	–	–	–	13.849
Juros apropriados	125	–	–	–	–	–	–	125
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	3.651	3.651
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	136.202	136.202
Dividendos adicionais propostos	–	–	23.094	–	–	–	(162.345)	(139.251)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	16.436	16.436
Constituição de reserva para orçamento de capital	–	–	–	–	–	–	95.426	95.426
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	219.916	219.916
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(13.320)	(13.320)
Outros Passivos	–	–	–	(18.013)	–	–	–	(18.013)
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	26.686	(27.139)	–	(453)
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	(18.906)	33.525	–	14.619
Total das outras variações relacionadas com passivos	**125**	**13.849**	**23.094**	**20.751**	**7.780**	**6.386**	**295.966**	**367.951**
Em 31 de dezembro de 2023	**134**	**50.326**	**31.808**	**137.650**	**(286)**	**14.156**	**4.712.615**	**4.946.403**

7. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir:

Nos ativos e passivos

					2024
	Clientes	**Outros valores a receber (*)**	**Outros passivos**	**Outros valores a pagar**	**Mútuos a pagar**
Hypera S.A.	699.871	–	(3.144)	(5.864)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	–	–	(15)	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	1.021	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	(107)	(61)	–
My Agência de Propaganda Ltda.	–	76	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	(66)	–	–
	699.871	1.097	(3.317)	(5.940)	–

					2023
	Clientes	**Outros valores a receber**	**Outros passivos**	**Outros valores a pagar**	**Mútuos a pagar**
Hypera S.A.	642.872	–	–	(6.464)	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	319	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(179)	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	(42)	–	–
	642.872	319	(42)	(6.643)	–

No resultado do exercício

							2024
	Vendas de mercadorias/ produto (*)	**Compras de mercadorias/ produtos**	**Receita de aluguéis**	**Serviços prestados**	**Amortização de arrendamento**	**Despesas financeiras**	**Receitas financeiras**
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(186)	(114)	(14)	–
Hypera S.A.	3.480.371	–	3.051	–	(512)	(359)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(11.775)	–	–	–	–	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	(21.802)	–	–	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	–	(263)	–	–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	–
	3.480.371	(33.577)	3.051	(449)	(626)	(373)	–

							2023
	Vendas de mercadorias/ produto (*)	**Compras de mercadorias/ produtos**	**Receita de aluguéis**	**Serviços prestados**	**Amortização de arrendamento**	**Despesas financeiras**	**Receitas financeiras**
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(106)	(134)	(18)	–
Hypera S.A.	3.401.794	–	2.340	–	–	(94)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(14.982)	–	–	–	–	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	–	–	–	–	–	
Megatelecom Telecomunicações S.A.		–		(120)		–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	167
	3.401.794	(14.982)	2.340	(226)	(134)	(112)	167

(*) Refere-se as vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2024 é de R$ 3.141.421 (31 de dezembro de 2023 - R$ 3.060.705).

8. Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia mantém suas plantas fabris em locais controlados e industriais e publica anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, tomando medidas robustas para a redução de sua intensidade de emissões diretas de CO2 equivalentes. Dentre os principais riscos físicos monitorados nestas plantas quanto ao tema climático, salienta-se o de interrupção da produção devido à eventos climáticos extremos, mesmo suas plantas sendo instaladas em locais livres de estresse hídrico ou inundações. Além disso, danos a instalações podem ocorrer em caso de chuvas e vendavais ocasionados por eventos extremos. Os riscos de rupturas no abastecimento de insumos são mitigados com fortalecimento na cadeia de suprimentos, incluindo alternativas para fornecimento. Sobre os riscos de transição, a evolução regulatória em relação a emissões de carbono, descarte de resíduos e uso de recursos naturais poderá resultar em custos adicionais e investimentos em tecnologias mais limpas. A Companhia monitora ativamente essas mudanças e integra análises de risco climático em seus processos, mapeando também as oportunidades relacionadas ao tema. Para prevenir esses riscos, a Companhia possui sistemas de reuso de água, além de poços artesianos e bacias de infiltração de água de chuva para minimizar os efeitos de seca extrema e ainda, como medidas preventivas, o controle e as ações para redução dos índices de água e resíduos sólidos por unidade produzida são priorizados, além de ações periódicas para o monitoramento dos principais indicadores ambientais junto ao Comitê de Eficiência de Recursos Naturais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). Os projetos de lei complementar 68 e 108 foram apresentados pelo governo para tratar do assunto. O projeto de lei complementar 68 foi aprovado pelo Congresso, enquanto o projeto de lei complementar 108 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Diretoria

Juliane Dias Piotto Juabre
Diretora

Rafael Vito Batista
Diretor

Contador

Adilson Benjamim de Lima
CRC 1SP 221851/O-4

Relatório resumido do parecer dos auditores independentes

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços indicados no parágrafo abaixo
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de maio de 2025 pela **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**

Esta é uma versão resumida das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao ano de 2023 e não deve ser tomada isoladamente para análises sobre sua situação patrimonial ou financeira. A íntegra do material pode ser acessada nos sites da Companhia (www.brainfarma.ind.br) e do Diário da Manhã (www.dm.com.br).

Mike Stern leva improvisos ao Bolshoi Pub

Instrumentista norte-americano retorna a Goiânia acompanhado por uma banda de feras. Músico exibe domínio técnico que o torna referência da guitarra mundo afora

Marcus Vinícius Beck

O guitarrista norte-americano Mike Stern, 72, chega a Goiânia para apresentação cheia de feeling e técnica amanhã, a partir das 21h, no Bolshoi Pub, Setor Bueno. De novo, o show reúne timaço de músicos. Será uma verdadeira celebração do jazz fusion.

Ao lado de Stern, estarão nomes de peso como Dennis Chambers, um dos bateristas mais influentes do gênero pelo mundo; a guitarrista e cantora Leni Stern, fera das seis cordas elétricas; o baixista Rubem Farias; e o saxofonista Bob Franchischini. Só mestres.

O evento promete noite repleta de improvisos, técnica refinada e interação musical de alto nível. Os ingressos já estão disponíveis pelo Balada App.

Nascido em janeiro de 1953, Mike enlouqueceu quando escutou pela primeira vez os deuses da guitarra Eric Clapton e Jimi Hendrix. Também, claro, pirou ao som de BB King, a quem o blues era uma música simples. Uma música simples, mas tocada por gente sofrida.

Então aos 12 anos, estimulado por essas lendas das seis cordas elétricas, o músico prodígio se matriculou na renomada Berklee College of Music, em Boston, Estados Unidos, no começo dos anos 70. Ali, se transmutou num jazzista. Descobriu os segredos das escalas tocadas pelos guitarristas Wes Montgomery e Jim Hall — gente foda no mundo jazzy.

Tempos depois, uniu-se à banda Blood, Sweat & Tears, lançando dois álbuns. Juntou-se, a posteriori, aos músicos que gravavam com o baterista Billy Cobham. Às excursões, o guitarrista chegou quando começou a acompanhar Miles Davis, a partir de 1981.

Três discos do trompetista contam com a expressividade e o brilho dos acordes e das notas de Stern: "Man With The Horn" (1981), "We Want Miles" (1982), "Star People" (1983). Os álbuns põem a guitarra em diálogo com um trompete metálico, envenenado.

Além de Miles, Stern trabalhou com uma quantidade impressionante de lendas: Stan Getz, Jaco Pastorius, Eric Johnson, Brecker Brothers, Yellowjackets, dentre outras. Mas já pensou em cantar, Mike? "Eu cantando? Nunca. Só no chuveiro", respondeu, ao passar pelo Brasil no início dos anos 2000, após ter sido questionado pelo jornalista Edson Franco.

O show no Bolshoi será uma ótima chance para vê-lo em ação. Afinal, o músico demonstra domínio de escalas e seus improvisos deixam o público hipnotizado. Ao lado de uma banda composta por craques, como é a sua, não tem como dar errado. É sempre inesquecível.

SALA VIP

RAFAEL GARCIA

ANKAI

DIVULGAÇÃO



No FICA 2025

O 26º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica 2025) reunirá grandes nomes do cinema e do ativismo brasileiro em sua programação. Entre os convidados confirmados estão o líder indígena e escritor Ailton Krenak e o cineasta e indigenista Vincent Carelli, que comporão o júri da Mostra Competitiva Washington Novaes. Outro destaque é o cineasta João Moreira Salles (foto), que apresenta uma sessão especial de Minha Terra Estrangeira, realizada em parceria com o Coletivo Lakapoy e Louise Botkay, seguida de bate-papo com o público. O festival acontece de 10 a 15 de junho, na cidade de Goiás.

Comemoração ao Dia de Portugal

O presidente Ivan Marques, da Câmara de Comércio Brasil Portugal-Centro-Oeste/Sucursal Goiás (CCBP-GO), recebe convidados no dia 11 de junho, às 19h, no Bella Eventos, Setor Marista, para o concerto intimista “IDENTIDADE (S) com a cantora portuguesa Ana Laíns. O evento celebra o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

DIVULGAÇÃO



A noite de segunda-feira (26) foi marcada por sofisticação, criatividade e encontros inspiradores durante a tradicional avant-première da Deca na CASACOR São Paulo, realizada no Parque da Água Branca. O evento, restrito a convidados, celebrou os 32 anos da marca como patrocinadora master da maior mostra de arquitetura, design e paisagismo das Américas. Na foto: Andre Secchin, Henrique Freneda, Pedro Ariel e Cris Ferraz.

Vernissage ELO IN-COMUM

Amanhã, dia 4 de junho, às 19h, acontece a vernissage da exposição ELO IN-COMUM, na Lud Potrich Art Gallery, no Jardim Goiás. O evento é organizado por Hueliton Filho, Ivaan Hansen, Loris Assis, Marco Antônio Caldas e Mari Cunha de Paula.

O Melhor Arraiá de Goiânia

A tradicional festa junina da AABB já tem data marcada: será no dia 6 de junho (sexta-feira), a partir das 20h, em Goiânia. Sob o comando do experiente empresário Fernando Jorge, o arraiá promete ser uma das festas mais animadas da temporada. A programação inclui a apresentação da quadrilha junina UAI São João — considerada a melhor de Goiás —, o show da banda de forró Zabumba Beach e DJ agitando a pista até de madrugada. Prepare o chapéu de palha e a camisa xadrez: vem aí um arraiá aconchegante, familiar e cheio de tradição!

DIVULGAÇÃO



Maísa Zica, Alexandre Calixto, Lissa Azevedo, Flávia Gouveia e Andréia Gebrin, na festa Alquimia by Zimbro, organizada pelos produtores Gabriela Brom, Thiago Jesus e Daniel de Mello, no Zimbro Cocktails &Co, no Setor Marista

DIVULGAÇÃO



Gabriella Brom, Roberta Chaveiro Marques e Gilberto Marques, em noite exclusiva do Zimbro Cocktails &Co

Nanda Rocha era uma das djs convidadas da festa do Zimbro Cocktails &Co

DIVULGAÇÃO



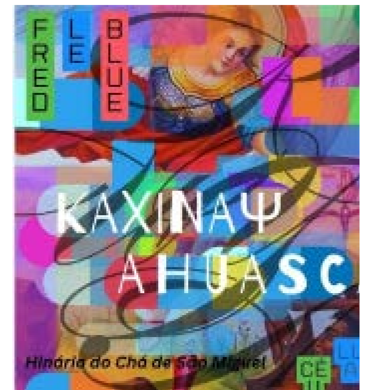
Gabriel Vecci e Gregório Sebba no Zimbro Cocktails &Co

Leilão de Arte

A Blombô, em parceria com a Cerrado Galeria, realiza o 118º leilão de arte no dia 11 de junho, em Goiânia. Com mais de cem obras de relevância histórica e cultural, o evento contará com trabalhos de nomes como Di Cavalcanti, Burle Marx e Siron Franco. As obras estarão expostas de 3 a 5 de junho na Cerrado Galeria, e de 6 a 11 de junho no WTC Goiânia.

GIPSY KINGS em Goiânia

Sucesso internacional com mais de quatro décadas de carreira, o grupo GIPSY KINGS by Diego Baliardo se apresenta no dia 10 de junho, no palco do Flamboyant In Concert. No repertório, hits como “Bamboleo”, “Volare”, “Djobi Djoba” e “Baila Me” prometem uma noite inesquecível.



Fred Le Blue anuncia disco

O cantor, compositor e ambientalista Fred Le Blue anuncia o lançamento de seu novo álbum, “KashinaΨAhausca: Hinário do Chá de São Miguel”, previsto para sair em novembro deste ano, durante a realização da COP 30, em Belém (PA), entre os dias 10 e 21.

“No contexto da COP 30, a cultura indígena amazônica será, sem dúvida, um dos temas mais relevantes para a sociedade brasileira e global. Precisamos mudar nosso modo desencantado de nos relacionar com a natureza e o ser humano”, afirma.

A obra mistura rock rural, música transcultural e elementos ritualísticos da Amazônia. Le Blue a descreve como uma “distopia mística” que questiona o modelo civilizatório atual e propõe um reencontro com os saberes ancestrais dos povos originários.

“Hinário do Chá de São Miguel” tem inspiração no xamanismo, na medicina florestal e nos rituais da etnia Kashinawá e do Santo Daime, religião amazônica fundada por Mestre Irineu. Com forte carga simbólica, o álbum propõe uma experiência sensorial e poética.

“É uma obra que busca reconectar o ser humano com a natureza e com sua dimensão espiritual. A cultura indígena amazônica será tema central nos debates da COP 30, e acredito que a arte pode contribuir para esse novo olhar”, afirma Fred Le Blue.

O artista já produziu outras duas óperas rock com temáticas socioambientais, ambientadas em Alto Paraíso (GO) e Paraty (RJ). Ambas estão disponíveis online. Para Le Blue, a cura pode ser alcançada pelo resgate da temporalidade circular dos mitos e ritos cosmogônicos.

Com a obra, o artista reforça sua trajetória de união entre arte, ativismo ambiental e valorização da diversidade cultural brasileira, ao apontar para a necessidade de uma transformação profunda nas relações entre sociedade, natureza e espiritualidade. (Redação)

Eufrázio

DM 45 ANOS

Justiça bloqueia R$ 23,8 milhões de suspeitos de fraude contra INSS

Agência Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou nesta segunda-feira (2) que a Justiça Federal em Brasília determinou o bloqueio de R$ 23,8 milhões em bens de investigados pela fraude em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, os valores serão usados para o ressarcimento das vítimas.

A indisponibilidade de bens e ativos financeiros foi determinada pela juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, e envolve os bens e ativos financeiros de duas empresas e os respectivos sócios.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R$ 2,5 bilhões de 12 entidades associativas e 60 dirigentes. Por determinação da juíza, o caso foi fatiado em 15 ações para facilitar a análise dos pedidos.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA



PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

PREF. MUNICIPAL DE CORUMBA DE GOIAS

AVISO DE LICITACAO - PREGAO PRESENCIAL-SRP-Nº 019/2025. O Município de Corumbá/GO torna público que realizará, na Sec. de Administração, R. Francisco Miranda nº 23, Qd. 13, Lt. 1, Centro, nesta cidade, em sessão pública, na forma da Lei n° 14.133/21, a seguinte licitação: **Modalidade:** Pregão Presencial - visando Sistema de Registro de Preços n. 019/25; Tipo Menor Preço global**, Data e Horário:** 18/06/25 as 09h00min; **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de segurança, brigadistas e monitoramento de transito, visando garantir a ordem, a segurança e o fluxo viário adequado durante a realização de eventos promovidos pelo município de Corumbá de Goiás. Cópia do Edital e informações no endereço acima ou pelo telefone (062) 3338-1576 ou no site http://www.corumbadegoias.go.gov.br/. Corumbá de Goiás /GO, 02 de junho de 2025. **CARMEM ESTELA COELHO - Pregoeira**

PREF. MUNICIPAL DE CORUMBA DE GOIAS

AVISO DE LICITACAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2025
O Município de Corumbá/GO torna público que realizará, na Sec. de Administração, R. Francisco Miranda nº 23, Qd. 13, Lt. 1, Centro, nesta cidade, em sessão pública, na forma da Lei n° 14.133/21 e 123/06, a seguinte licitação: **Modalidade:** Pregão Presencial n. 020/25; Tipo Maior Lance/Valor, **Data e Horário:** 27/06/25 as 08h30min; **Objeto:** Concessão onerosa temporária de espaço público para exploração comercial Praça de Alimentação e Diversão durante o 4º Rodeio em comemoração aos 295 anos do município de Corumbá de Goiás, que ocorrerá nos dias 3 a 5 de julho do corrente ano, Conforme Lei Municipal de N°. 1566/2025. Cópia do Edital e informações no endereço acima ou pelo telefone (062) 3338-1576 ou no site http://www.corumbadegoias.go.gov.br/. Corumbá de Goiás /GO, 02 de junho de 2025. **CARMEM ESTELA COELHO - Pregoeira**

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº. 001 /2025.

O **MUNICÍPIO DE MINEIROS – ESTADO DE GOIÁS**, neste ato representado pelo Senhor Prefeito ALEOMAR DE OLIVEIRA REZENDE, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através da Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 619 de 06 de maio de 2025, tendo em vista o atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para fins de seleção e contratação de pessoal, bem como, formação de cadastro de reserva, em caráter excepcional, por tempo determinado, conforme o disposto no Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal 1.294/2006 e suas alterações, com vistas à contratação temporária para o cargo de: **Cuidador,** no Município de Mineiros (GO), regido pelas normas constantes neste Edital.

1. As inscrições serão feitas na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na: Avenida Ino Rezende, Qd. 01 A, Lt. 01 A, Res. Michelangelo, Mineiros - GO, Paço Municipal II - Ipê Shopping, Mineiros-GO, 7h00min (sete horas) até às 11h00min (onze horas) e das 13h00min (treze horas) até às 17h00min (dezessete horas), **nos dias úteis no período de 03 de junho de 2025 à 23 de junho de 2025.**
2. Não será cobrado qualquer valor, a título de inscrição.
3. O processo seletivo simplificado visa à contratação temporária de 03 Cuidadores, mais 09 no cadastro de reserva, para desempenhar atribuições na Secretaria Municipal de Assistência Social, por tempo determinado, em caráter excepcional, no Município de Mineiros (GO).
4. Os referidos contratos terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses (dois anos), contados a partir da contratação, após a homologação e publicação do resultado.
5. O Edital, na íntegra, encontra-se publicado no site: www.mineiros.go.gov.br.

VITOR GABRIEL DIAS RESENDE
Presidente da Comissão de Seleção
RANDES LIMA MACHADO
Secretário da Comissão de Seleção

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – GO

3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n° 02.056.711/0001-03, com sede na Avenida Antônio Gonçalves, Qd. 26 Lt 01 B. Residencial Isaura Santa Helena de Goiás - GO, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Iris Martins Parreira, no uso de suas atribuições legais que lhe concedem a Lei Orgânica Municipal, torna público a convocação dos candidatos aprovados na ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2023, mediante as condições estabelecidas no Edital nº 001/2023 e neste Edital. Os nomes dos convocados, orientações e documentações necessárias estão disponíveis no site **www.santahelena.go.gov.br** na aba Concursos ou pelo link **acessoainformacao.santahelena.go.gov.br/cidadao/concursos_selecoes/concurso/id=9.**

Santa Helena de Goiás, 02 junho de 2025.
Iris Martins Parreira - Prefeito Municipal

PEDIDO DE RENOVAÇÃO LICENÇA AMBIENTAL
(Licença Ambiental Prévia)
RESIDENCIAL TRÊS PODERES SPE LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.929.499/0001-38 torna público que requereu à SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS DE ANÁPOLIS, a Renovação de Licença Ambiental Prévia para implantação de parcelamento do Solo (Loteamento), localizado na Fazenda Sobradinho, Município de Anápolis, Goiás.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras familiares de Bom Jardim de Goiás - COOPERJARDIM - CNPJ: 12.395.866/0001-28; Inscrição Estadual: 10.479.842-4. Tendo em vista o preceito compulsório estabelecido nos termos do "Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI", em sua INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 81 de 10 de junho de 2020 - "MANUAL DE REGISTRO DE COOPERATIVA", assim instalado, ***I.*** *A publicação do edital de convocação será feita, por uma vez, em jornal de circulação regular e geral, editado ou não no município da sede da cooperativa (não serão aceitas, portanto, somente publicações em jornais ou informativos de cooperativas de produção, prefeituras municipais, clubes, associações, etc. ou publicado em folha sem identificação do jornal ou sem determinação precisa da data de publicação), na sede da cooperativa ou região onde ela exercer suas atividades.* ***II.*** *É dispensada a apresentação de folhas de jornais, quando a ata consignar os nomes dos mesmos, respectivas datas e nº de folhas onde foram feitas as publicações de aviso.* A **COOPERJARDIM** em conformidade com seu estatuto social, art. 21 que, "estabelece normas nos editais de convocação das Assembleias Gerais", VEM através de seu diretor presidente senhor Aderbal Camilo da Silva, **CONVOCAR** seus cooperados(as) aptos a votarem e demais interessados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** modalidade PRESENCIAL a realizar-se no dia **16/06/2025 (segunda-feira)**, na sede da COOPERJARDIM, sito a Av. Capitão Valério Porto nº 2925, Bairro Primavera em Bom Jardim de Goiás - GO, CEP 76.245-000; às **15h00min** em primeira chamada com o quórum mínimo de 2/3 de seus cooperados votantes; às **16h00min** em segunda chamada com o quórum mínimo de metade mais um dos cooperados votantes; às **17h00min** em terceira chamada com o quórum mínimo de 10 cooperados votantes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – Eleição dos Membros do Conselho de Administração.** Número total de filiados: 225, aptos a votar: 82.

COMITÊ ELEITORAL:
Membro coordenador *Márcio Roberto Martins Carvalho*;
Membro *Nilvan Lemes Guimarães:*
Membro *Elvis Alan Jorge*
Atenciosamente,
Diretor-presidente: Aderbal Camilo da Silva - CPF: 382.842.511/91
Bom Jardim de Goiás - GO, aos 02 de junho de 2025.

MUNICÍPIO DE BRITÂNIA-GO

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº007/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Britânia, Estado de Goiás, através de sua Agente de Contratação, torna público, que fará realizar na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Britânia-GO, às 09h00min do dia 13 (treze) de junho de 2025, Licitação na Modalidade Pregão na forma Presencial, com o Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço por item, visando à futura e eventual aquisição de materiais elétricos, atendendo as demandas das Secretarias do Município de Britânia-Goiás, conforme consta do Edital e seus anexos, que se encontram afixados no Placard Oficial da Prefeitura, e à disposição no mesmo endereço das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site www.britania.go.gov.br e maiores informações pelo telefone (62) 3383-1233. Britânia - GO, 02 de junho de 2025. **GABRIELLA MENDES SOUZA -** Agente de Contratação

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Hidrolina-Go - Extrato de Contrato - Processo nº 806/2025, Inexigibilidade nº 018/2025, Contrato nº: 110/2025. Contratante: MUNICIPIO DE HIDROLINA-GO, Contratado: **RS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA,** CNPJ nº: 50.378.283/0001-88. Objeto: contratação de show artístico musical para **as festividades de comemoração ao aniversario da cidade de Hidrolina-Go, com apresentação no dia 15 de novembro de 2025,** com o seguinte cantor: **RODRIGO SILVA,** conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) Dotação Orçamentária: 051.03.03.04.0122.05 2.2.011.339039.1.00.000. Vigência: até 31/12/2025. Data da Ass.: 19/05/2025. **GILVAN GOMES DA SILVA - Agente de Contratação**

EDITAL DE LEILÃO ONLINE

O MUNICÍPIO DE FIRMINOPOLIS, Estado de Goiás, TORNA PÚBLICO, a quem interessar possa, que nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, através da Leiloeira Pública Oficial Elenice Lira Sales de Sousa, matriculada na JUCEG sob nº. 073/020, encontra-se aberta LICITAÇÃO, na modalidade de LEILÃO, objetivando à venda de bens (Roupas Diversas) do Poder Público. **DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:** no dia 30 de junho de 2025, às 08:30 horas, através do site www.leiloesbrasil.com.br . **LOCAL E DATA DE VISTORIA**: **Bens (Roupas Diversas):** Prefeitura Municipal Firminópolis - Avenida das Américas, n°589, Centro, CEP:76.105-000, Firminópolis-GO, no dia 27 de junho, nos horários de 8:30h as 11:00h e das 13:30h as 17:00h. Informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao escritório da leiloeira: Sede Leilões Brasil, localizada na Rua Vitória Régia, QD-05 LT-06, Jardins dos Buritis, Aparecida de Goiânia, Goiás, CEP: 74923-640 e através do site da www.leiloesbrasil.com.br. Contatos: (62) 3250-1500 e (62) 9 8474-8054**. (Elenice Lira- Leiloeira oficial).** Firminópolis- GO, 03 de junho de 2025. **JOSÉ AIRTON DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL**

Acervo de edições
Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 038/2025. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, realizará dia **18 de JUNHO de 2025**, às **14:30h**, licitação mod. pregão presencial para registro de preços, tipo menor preço por item, visando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA FISIOTERAPIA, PARA ATENDER DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIRMINÓPOLIS/GO.** Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 03/06/2025**. Lorena Naves de Sousa – Pregoeira.**

ESTADO DE GOIÁS - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2025. O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FIRMINOPOLIS/GO, realizará dia **17 de JUNHO de 2025**, às **09:00h**, licitação mod. pregão presencial, tipo menor preço por item, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE FIRMINÓPOLIS/GO.** Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 03/06/2025**. LORENA NAVES DE SOUSA – Pregoeira.**

AVISO DE REPUBLICAÇÃO-CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 - O Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz de Goiás, por seu gestor, torna público para conhecimento dos interessados a REPUBLICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área da saúde, conforme condições estabelecidas no edital republicado. A presente republicação decorre de revogação parcial dos atos posteriores à fase de habilitação, com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021. A medida visa atender recomendação formal do Ministério Público do Estado de Goiás, no bojo do Procedimento Administrativo nº 202400254560. Os envelopes contendo a documentação de habilitação protocolados até a data da revogação parcial do procedimento (conforme Ato Declaratório) permanecem válidos e serão regularmente considerados na nova fase de análise, desde que atendam às exigências previstas no edital republicado. Novos interessados poderão apresentar documentação conforme prazos reabertos. Período de credenciamento: 03 de junho de 2025, das 8h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00 até 30 de junho de 2025. Data de Abertura: 13 de junho de 2025 ás 9h00. O edital republicado encontra-se disponível no site oficial do Município de Santa Cruz de Goiás e na sede da Secretaria Municipal de Saúde. Santa Cruz de Goiás - GO, 02 de junho de 2025.
RAYANE FERREIRA - Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE BARRO ALTO – AVISO DE PREGÃO SOB A FORMA PRESENCIAL N.º 010/2025 – **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE GORDURA E FOSSAS SÉPTICAS.** Conforme especificações no edital e seus anexos. **ABERTURA** e **JULGAMENTO** será a partir das **09H00MIN DO DIA 16 DE JUNHO DE 2025,** no Prédio da Prefeitura Municipal. O Edital pode ser acompanhado e retirado no site: www.barroalto.go.gov.br. Barro Alto/GO, 03 de junho de 2025. **EDCARLOS OLIVEIRA** – Gestor do Executivo.

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2025. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, realizará dia **18 de JUNHO de 2025**, às **09:00h**, licitação mod. pregão eletrônico para registro de preços, tipo menor preço por item, visando a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, PARA ATENDER DAS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIRMINÓPOLIS/GO.** Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 03/06/2025**. Lorena Naves de Sousa – Pregoeira.**

EXCLUSIVO REGIONAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DE GOIÁS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

A Prefeitura Municipal de Guarani de Goiás - Go, torna público que fará realizar às **08:30 horas do dia 13 de junho de 2025,** em sessão pública eletrônica na plataforma **Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo menor preço por item, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA , EVENTUAL E PARCELADO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES E MÁQUINAS IMPRESSORAS COMUNS E MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega das propostas: a partir de 04/06/2025** às 08**:00 hs,** Informações: A integra do edital encontra-se a disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura Municipal de Guarani de Goiás/GO, situada na Av. Savagé Alves de Oliveira, Quadra 26, Lote 02, Centro, e/ou nos sites: www.guaranidegoias.go.gov.br ou www.bnc.org.br, https://pncp.gov.br/app/editais, ou via e-mail: licitacao@guaranidegoias.go.gov.br. Guarani de Goiás-GO, 02 de junho de 2025. **ODAIR VIEIRA DE BRITO - Pregoeiro**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CATALÃO – GO, usando de suas atribuições estatutárias e pelo presente edital CONVOCA todos os trabalhadores das **EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS**, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 05 (cinco) de junho de 2025 nos seguintes horários: 09hs (nove horas) primeira convocação na Sede do SINDICATO localizado na Rua Santa Luzia,181, Bairro Pio Gomes, e a segunda chamada às 09hs:30min (nove horas e trinta minutos) no mesmo local com qualquer número de presentes; para tratar a seguinte ordem do dia:

a) Abertura das negociações, elaboração, votação e aprovação de pauta de reivindicações completa e especifica a ser pleiteada junto ao sindicato patronal, para o estabelecimento de instrumento de CONVENÇÃO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026;
b) Autorização e concessão á diretoria ou aos seus procuradores nomeados, os mais amplos gerais e irrestritos poderes para negociar, estabelecer condições de trabalho, bem como, na impossibilidade destes, ajuizar ações de dissídio coletivo de natureza jurídica e /ou econômica
c) Aprovação e concessão de importâncias em favor do Sindicato, a ser aprovada ou não a respectiva Contribuição Assistencial, fixada pela Assembleia Geral Ordinária e com posterior desconto em folha de pagamento de todos os trabalhadores.

Catalão – GO, 02 junho de 2025.

JOSÉ ABRAÃO DE MEDEIROS
DIRETOR – PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – GO

9º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 002/2023

O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 02.056.711/0001-03, com sede na Avenida Antônio Gonçalves, Quadra 26 Lote 01, Parque Residencial Isaura, Santa Helena, CEP 75920-000, representado por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Iris Martins Parreira, no exercício de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna pública a convocação dos candidatos aprovados conforme a ordem de classificação no Concurso Público n° 002/2023, em conformidade com as condições estipuladas no Edital nº 002/2023 e neste instrumento convocatório. , mediante as condições estabelecidas no Edital nº 002/2023 e neste Edital. Os nomes dos convocados, orientações e documentações necessárias estão disponíveis no site **www.santahelena.go.gov.br** na aba Concursos ou pelo link **acessoainformacao.santahelena.go.gov.br/cidadao/concursos_selecoes/concurso/id=9**.

Santa Helena de Goiás, 02 junho de 2025.
Iris Martins Parreira - Prefeito



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO **PAMPINHA** *LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM*

BELLA DA SEMANA



RÕ BIANCHI, modelo e atriz num ensaio sedutor

Leitura Dinâmica

Pra semana...
Bênçãos
alegrias
vitórias
muita paz
BOM DIA!!!

"Cálice": Gil e Chico cantaram no Fantástico a música que a ditadura militar proibiu.

Goiás derrotou o Atlético Goianiense e disparou na liderança da Série B em 23 pontos.

Vila Nova está em 7º com 16 e o Atlético em 14º com apenas 11 pontos.

'A vida é como café, só é amarga se a gente não adoçar...a gosto'.

Meu Palmeiras, que horror! Perdeu a liderança e é quarto colocado no Brasileirão.

Morre lentamente, quem não viaja,, quem não lê, quem não ouve música.

"O caminho pode ser confuso, mas o destino continua o mesmo. Deus também age nos desvios".



Flávio Ricco

Colaboração: **José Carlos Nery**

Globo trabalha para recuperar terreno em sua dramaturgia

A Globo, depois de algumas decisões e experiências que deixaram bem a desejar, parece que decidiu voltar a trabalhar na certeza.
Pelo menos no que diz respeito às suas novelas e outros movimentos da dramaturgia.
Ao cair a ficha dos erros cometidos, percebe-se, agora, o esforço tentar corrigir o rumo das coisas e novamente reforçar o seu quadro de autores, valendo-se de profissionais talentosos e de grandes acertos.
Primeiro foi Aguinaldo Silva, logo recolocado na fila das nove.
E agora, pela ordem, Ana Maria Moretzsohn, Cristianne Fridman, Lícia Manzo e Glória Barreto, outra autora de reconhecida experiência, para colaborar ou mesmo se colocar à frente dos próximos projetos.

TV Tudo

No embalo

A final da Champions e toda a repercussão alcançada deve levar o SBT a novos investimentos no esporte, especialmente o futebol.
A decisão, já tomada, é entrar na briga de todos os principais direitos. Aqui e lá fora.

Audiências

Globo, Record e SBT, por suas audiências, devem ser consideradas as principais redes de TV brasileiras.
Por acaso, as três, tem investimentos no jornalismo, dramaturgia e esporte.

Voice

O SBT, via Daniela Beyruti, já comentou sobre o convite da Disney para ser a "janela" da TV aberta na transmissão do "The Voice". O Boninho também falou sobre o assunto.

Porém...

A Disney, procurada, ainda não enviou um posicionamento oficial.
Se vai abraçar ou não. O "Voice", além de centenas de profissionais envolvidos, procura sempre buscar as melhores vozes e histórias em todo o país. No SBT, dizem que está tudo ainda "muito verde". Bem no começo.

Respeito

Mais uma vez esta santa coluna pede a atenção das autoridades responsáveis sobre o contínuo desrespeito ao Hino Nacional nas competições esportivas. Se insistir com a execução não vai educar ninguém. Sexta, no jogo feminino, entrou cortado na Globo e assim vamos indo.

Castigo

A atriz Martha Meola, de trabalhos como "Verdades Secretas", "Sintonia" e "Beleza Fatal", entre outros, investe no cinema. "Crime sem Castigo" é o projeto, já com as filmagens em curso, ao lado do ator alemão Peter Ketnath, Petrônio Gontijo e Fabiana Gugli.

Conteúdo

A Times Brasil diz que nada se altera em relação à parceria com a CNBC em licenciamento exclusivo de conteúdo. Sobre o Financial Times, existe só um acordo para realização de eventos.

Ruídos

No fim de semana, surgiram ruídos de um rompimento com a CNBC e um acerto da TB com o Financial Times. Consultadas, as partes envolvidas não confirmam e garantem que tudo que já existe será mantido.

E atenção

Thomaz Naves, diretor comercial e de marketing da Record-Rio durante 18 anos, deve ser anunciado pela Times Brasil a qualquer momento. A informação é que só faltava assinar.

É ele

Luiz Bacci, que saiu da Record para o SBT, contando como tudo aconteceu, é o convidado do nosso programa, nesta terça, às 19h, na LeoDias TV. Um jogo bem aberto, sem segredos e com revelações importantes. Inéditas.

Estreia

Nesta quarta-feira, às 22h30, a Warner Channel começará a exibir as novas temporadas da série "Mal Me Quer", comédia protagonizada por Júlia Rabello e Felipe Abib. Retorna com a segunda e a terceira temporadas.

C´est fini

O "Fantástico" exibiu uma reportagem, das mais oportunas, sobre o aumento de vítimas de acidentes de moto em todo o país e o triste recorte: os casos matam mais do que as armas de fogo. Muito triste isso. É necessário encontrar uma solução pacificadora, a começar por uma mudança de comportamento. Fazer cada um respeitar o direito do outro. Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!



Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permaneceremos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	285.509	98.246
Contas a receber	11	700.143	643.236
Estoques	12	1.128.411	1.435.792
Tributos a recuperar	13	69.957	45.872
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	1.327	279
Outros ativos	14	40.343	40.209
		2.225.690	2.263.634
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	302.199	29.505
Tributos a recuperar	13	35.299	39.656
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	7
Outros ativos	14	4.441	7.088
		341.939	76.256
Investimentos		369	10
Imobilizado	15	2.895.131	2.602.118
Intangível	16	1.110.429	911.923
		4.005.929	3.514.051
		4.347.868	3.590.307
Total do ativo		6.573.558	5.853.941

Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Fornecedores	17	334.479	315.520
Cessão de crédito	18	439.980	374.728
Empréstimos e financiamentos	19	10	124
Salários a pagar		130.489	131.562
Tributos a recolher	21	52.027	50.326
Dividendos a pagar		–	31.808
Impostos de renda e contribuição social a pagar		1.869	–
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	14.150
Outros passivos	22	125.418	104.480
		1.084.272	1.022.698
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	–	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	–	79.352
Tributos a recolher		1.523	–
Provisões para contingências	23	8.464	6.090
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	–	6
Outros passivos	22	28.481	33.170
		38.468	118.628
Total do passivo		1.122.740	1.141.326
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	4.494.701	4.300.088
Reserva de capital	24.b	28.680	21.855
Ajustes de avaliação patrimonial	24.e	28.849	28.185
Reservas de lucros	24.d	898.588	362.487
		5.450.818	4.712.615
Total do passivo e patrimônio líquido		6.573.558	5.853.941

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

			Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Nota	**Capital**	**Opções de compra de ações**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva de subvenção governamental**	**Dividendos adicionais propostos**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros/ Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**3.427.900**	**18.204**	**41.505**	**23.394**	**7.315**	**162.345**	**–**	**–**	**3.680.663**
Integralização do capital	24.a	872.188	–	–	–	–	–	–	–	872.188
Exercício de opção de compra de ações	24.b	–	3.651	–	–	–	–	–	–	3.651
Resultado líquido do período	24.e	–	–	–	–	–	–	–	328.729	328.729
Constituição de reserva legal	24.e	–	–	–	16.436	–	–	–	(16.436)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	–	–	–	–	219.916	–	–	(185.058)	34.858
Constituição de reserva para orçamento de capital	24.e	–	–	–	–	–	–	95.426	(95.426)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	24.e	–	–	–	–	–	–	–	(31.809)	(31.809)
Dividendos adicionais propostos	24.a	–	–	–	–	–	(162.345)	–	–	(162.345)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	(13.320)	–	–	–	–	–	(13.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.300.088**	**21.855**	**28.185**	**39.830**	**227.231**	**–**	**95.426**	**–**	**4.712.615**
Integralização do capital		194.613	–	–	–	–	–	–	–	194.613
Exercício de opção de compra de ações	24.b	–	6.825	–	–	–	–	–	–	6.825
Lucro líquido do exercício	24.e	–	–	–	–	–	–	–	504.292	504.292
Constituição de reserva legal	24.e	–	–	–	25.215	–	–	–	(25.215)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	–	–	–	–	606.312	–	–	(479.077)	127.235
Reversão de reserva para orçamento de capital	24.e	–	–	–	–	–	–	(95.426)	–	(95.426)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	664	–	–	–	–	–	664
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**4.494.701**	**28.680**	**28.849**	**65.045**	**833.543**	**–**	**–**	**–**	**5.450.818**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	**2024**	**2023**
Operações continuadas			
Receita líquida	25	3.141.421	3.060.705
Custo das vendas	26.a	(2.606.347)	(2.471.623)
Lucro bruto		**535.074**	**589.082**
Despesas com vendas e marketing	26.a	(171.111)	(188.094)
Despesas administrativas e gerais	26.a	(95.980)	(91.256)
Outras receitas operacionais, líquidas	26.b	314.189	137.938
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**582.172**	**447.670**
Receitas financeiras	26.c	20.981	16.075
Despesas financeiras	26.d	(37.481)	(29.379)
Despesas financeiras, líquidas		**(16.500)**	**(13.304)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**565.672**	**434.366**
Imposto de renda e contribuição social	20.c	(61.564)	(105.405)
Resultado líquido das operações continuadas		**504.108**	**328.961**
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas		184	(232)
Resultado líquido do exercício		**504.292**	**328.729**
Resultado por ação			
Resultado por ação (em R$)		0,37780	0,23026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	**2023**
Resultado líquido do exercício	**504.292**	**328.729**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	1.006	(20.182)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(342)	6.862
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	664	(13.320)
Resultado abrangente do exercício	**504.956**	**315.409**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	565.856	434.133
Ajustes		
Depreciação e amortização	131.715	105.639
Perdas *(impairment)* de ativos	18.588	29.210
Resultado na venda de ativos permanentes	119	267
Equivalência patrimonial	(184)	232
Ganhos cambiais	29.715	22.952
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(13.215)	(9.648)
Remuneração com base em ações	6.824	6.030
Provisões e outros	(305.162)	(164.678)
Resultado ajustado	**434.256**	**424.137**
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(57.103)	(2.645)
Estoques	246.206	31.947
Tributos a recuperar	(46.441)	(60.385)
Depósitos judiciais e outros	9.625	(309)
Demais contas a receber	4.228	17.548
Fornecedores	(12.441)	(3.531)
Cessão de créditos	65.252	(344.653)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.572)	(71.996)
Tributos a recolher	3.224	13.849
Salários e encargos sociais	(1.072)	(3.094)
Contas a pagar	(6.207)	(10.899)
Juros da operação	(9.620)	38.884
Demais contas a pagar	(4.602)	(461)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	620.733	28.392
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	–	(93.833)
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(176)	(217)
Compra de ativo imobilizado	(394.202)	(412.345)
Compra de Intangíveis	(248.621)	(299.076)
Venda de ativos de natureza permanentes	11.855	45
Mútuos Ativos	(777)	(281)
Juros recebidos	14.161	11.179
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(617.760)	(794.528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos - principal	(8.685)	(12.617)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.473)	(3.172)
Integralização de capital	194.613	735.986
Dividendos pagos	–	(45.401)
Mútuos passivos	2.835	(2.150)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	184.290	672.646
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	187.263	(93.490)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.246	191.736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	285.509	98.246
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	187.263	(93.490)
Transações que não envolveram o caixa	**14.223**	**16.753**
Aquisição de ativo imobilizado	14.223	16.753

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiaí-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapecerica da Serra-SP. Em Barueri-SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de maio de 2025. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações: (a) Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 -** "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **• Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **(b) Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não são permitidas, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alterações ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI *test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *'contracts referencing nature-dependent electricity'*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *'own use*', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*); e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Companhia. ***d. Contabilidade de hedge:*** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos, e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos, e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de *hedge* que visam a cobertura dos

continua →

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*: *Hedges* de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. ***Hedges* de fluxos de caixa:** Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

	Anos
Edificações e benfeitorias	34,9
Máquinas, equipamentos e instalação	26,4
Veículos	9,2
Móveis e utensílios	19,7
Ferramentas e vasilhames	4,3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 12,3 anos. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição *(vesting date)*. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	14,4
Veículos	5,0
Equipamentos	2,9

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a. Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **b. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 15). **c. Perda (*impairment*) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas *(impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 25), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 15 e 16). **d. Provisões e contingências passivas:** A nota 23 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade. **4. Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2024			2023		
Passivo	US$ mil	EUR mil	R$ mil	US$ mil	EUR mil	R$ mil
Fornecedores	3.167	–	19.581	3.292	–	15.980
Cessão de crédito	29.210	–	180.544	31.050	–	150.719
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(1.234)	–	(7.630)	(49.194)	(137)	(239.520)
Exposição líquida	31.143	–	192.495	(14.852)	(137)	(72.821)

(*) valores nocionais. **c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2024	2023
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(283.381)	(85.866)
Exposição líquida	(283.381)	(85.866)

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	–	10
Fornecedores	334.479	–	–	–	334.479
Cessão de crédito	439.980	–	–	–	439.980
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	–	–	–	(1.392)
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933

2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	124	10	–	–	134
Fornecedores	315.520	–	–	–	315.520
Cessão de crédito	374.728	–	–	–	374.728
Outros passivos	103.206	8.864	11.277	12.995	136.342
Instrumentos financeiros derivativos	(17.095)	1	–	–	(17.094)
Exposição líquida	776.483	8.875	11.277	12.995	809.630

f. Derivativos: No ano de 2024 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2024, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R$ 7.630 (Em 31 de dezembro de 2023 - R$ 239.520). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R$ 1.327 (Em 31 de dezembro de 2023 perdas de R$ 13.870). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo *(em R$ milhares)*	Contrapartes	Valor de referência (nocional) dez/24	Valor de referência (nocional) dez/23	Valor justo a receber (a pagar)/receber dez/24	Valor justo a receber (a pagar)/receber dez/23	Ganhos/perdas realizadas dez/24	Ganhos/perdas realizadas dez/23
Moeda estrangeira							
Contratos a termo		**7.630**	**239.520**	**1.327**	**(13.870)**	**(4.569)**	**(72.074)**
Posição comprada	Daycoval, Bradesco, Citi, Itaú, BofA, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander, BNP	7.630	267.513	1.327	(14.112)	(4.250)	(75.768)
Posição vendida	BofA, Bradesco	–	(27.993)	–	242	(319)	3.694
Total		**7.630**	**239.520**	**1.327**	**(13.870)**	**(4.569)**	**(72.074)**

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 10,46% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R$ milhares)	Cenário I Apreciação	Cenário I Depreciação	Cenário II 25% de oscilação Apreciação	Cenário II 25% de oscilação Depreciação	Cenário III 50% de oscilação Apreciação	Cenário III 50% de oscilação Depreciação
	5,544	6,840	4,644	7,740	3,096	9,289
Cotação do dólar						
Moeda estrangeira						
	(795)	**795**	**(1.899)**	**1.899**	**(3.799)**	**3.799**
***Hedge* econômico**	(795)	795	(1.899)	1.899	(3.799)	3.799
Contratos a termo						
Objeto do *hedge* econômico	**800**	**(800)**	**1.911**	**(1.911)**	**3.822**	**(3.822)**
Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira	800	(800)	1.911	(1.911)	3.822	(3.822)
Efeito líquido	**5**	**(5)**	**12**	**(12)**	**23**	**(23)**

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos as demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2025.

Cenários de Variação	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Aplicações financeiras	(2.502)	(8.608)	(17.215)
Total do efeito perda (ganho)	**(2.502)**	**(8.608)**	**(17.215)**

Premissas cenário provável: CDI previsto 13,14% a.a.

5. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim sumariados:

	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 19)	10	134
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(285.509)	(98.246)
Caixa e equivalente de caixa líquido	(285.499)	(98.112)
Total do patrimônio líquido	5.450.818	4.712.615
Patrimônio líquido ajustado	5.165.319	4.614.503
Índice de alavancagem financeira - %	N.A	N.A.

continua→★

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 19 (b)). A Companhia aplica o CPC 40 (R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024.

	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.327	1.327
Total do ativo	–	1.327	1.327
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo Total**
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–
Total do passivo	–	–	–

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023.

Ativos	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Instrumentos financeiros derivativos	–	286	286
Total do ativo	–	286	286
Passivos	**Nível 1**	**Nível 2**	**Saldo Total**
Instrumentos financeiros derivativos	–	14.156	14.156
Total do passivo	–	14.156	14.156

7. Contabilidade de cobertura *(Hedge Accounting):* A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge,* a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge.* A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. ***Hedges* de fluxos de caixa:** A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

					2024
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	1.234	(1.234)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	1.234	1.327	(21)
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	–	–	–

					2023
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	32.331	(32.331)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	32.331	(12.518)	447
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	17.000	(1.352)	(1.352)

As operações de *Hedge*s de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de *Hedge* 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,0935. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8. Instrumentos financeiros por categoria:

			2024
	Custo amortizado	**Designados por *hedge* de fluxo de caixa**	**Total**
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	700.143	–	700.143
Aplicações financeiras (Nota 10)	283.381	–	283.381
Caixa e bancos (Nota 10)	2.128	–	2.128
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.327	1.327
Outros ativos (Nota 14)	4.427	–	4.427
	990.079	1.327	991.406

			2024
	Custo amortizado	**Designados por *hedge* de fluxo de caixa**	**Total**
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos (Nota 19)	10	–	10
Fornecedores (Nota 17)	334.479	–	334.479
Cessão de créditos (Nota 18)	439.980	–	439.980
Outros passivos	146.856	–	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–
	921.325	–	921.325

‘

			2023
	Custo amortizado	**Valor justo por outros resultados abrangentes**	**Total**
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	643.236	–	643.236
Aplicações financeiras (Nota 10)	85.866	–	85.866
Caixa e bancos (Nota 10)	12.380	–	12.380
Instrumentos financeiros derivativos	–	286	286
Outros ativos (Nota 14)	7.074	–	7.074
	748.556	286	748.842

			2023
	Custo amortizado	**Valor justo por outros resultados abrangentes**	**Total**
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos (Nota 19)	134	–	134
Fornecedores (Nota 17)	315.520	–	315.520
Cessão de créditos (Nota 18)	374.728	–	374.728
Outros passivos	136.342	–	136.342
Instrumentos financeiros derivativos	–	14.156	14.156
	826.724	14.156	840.880

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	2024	2023
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	285.498	98.243
	285.498	98.243

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	2024	2023
Ativos financeiros derivativos		
AAA	1.327	286
	1.327	286

(*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

10. Caixa e equivalentes de caixa:	**2024**	**2023**
Caixa e bancos	2.128	12.380
Aplicações financeiras:		
CDBs	283.381	85.866
	283.381	85.866
	285.509	98.246

As aplicações financeiras têm rendimento entre 97% e 101% (em 31 de dezembro de 2023 entre 98% e 102%) da variação do CDI, com média ponderada de 99,6% (em 31 de dezembro de 2023 de 101%).

11. Contas a receber:	**2024**	**2023**
Clientes no país	3.131	3.223
Clientes - partes relacionadas (Nota 27)	699.871	642.872
	703.002	646.095
Perda de crédito esperada	(2.859)	(2.859)
	700.143	643.236

Os valores justos das contas a receber de clientes aproximam-se dos valores contábeis acima por serem todos valores de realização no curto prazo. A constituição e a baixa da provisão para perda de crédito esperada foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 19 (a).

12. Estoques:	**2024**	**2023**
Produto acabado e revenda	197.319	340.855
Produto semiacabado	111.892	114.033
Matéria-prima	797.446	896.150
Manutenção e suprimentos	175.279	191.979
Perdas esperadas	(153.525)	(107.225)
	1.128.411	1.435.792

A tabela abaixo apresenta a movimentação de perdas esperadas:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	(77.281)
Adições do exercício	(68.354)
Baixas do exercício	38.410
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(107.225)
Adições do exercício (a)	(71.161)
Baixas do exercício (b)	24.861
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(153.525)

(a) Referem-se as perdas esperadas dos estoques por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia. (b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia.

13 Tributos a recuperar:	**2024**	**2023**
PIS/COFINS/IPI/outros	32.354	30.953
ICMS	71.885	50.683
IRPJ e CSLL a recuperar	1.017	3.892
	105.256	85.528
Circulante	69.957	45.872
Não circulante	35.299	39.656

14. Outros ativos:	**2024**	**2023**
Despesas antecipadas	591	953
Títulos a receber	2.646	893
Depósitos judiciais	1.781	6.181
Adiantamentos	38.696	38.974
Outros	1.070	296
	44.784	47.297
Circulante	40.343	40.209
Não circulante	4.441	7.088

15. Imobilizado:

Ativos próprios	**Saldos em 1º de janeiro de 2024**	**Adições**	**Baixa**	**Depreciação**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2024**
Terrenos	24.341	28.000	–	–	–	52.341
Edificações e benfeitorias	317.279	38	–	(13.525)	121.426	425.218
Máquinas, Equipamentos e Instalações	1.465.128	133.948	(8.435)	(62.969)	227.794	1.755.466
Veículos	518	1	–	(81)	–	438
Móveis e utensílios	71.709	3.532	(1)	(1.437)	(51.381)	22.422
Outros	59.595	21.676	(196)	(17.648)	2.066	65.493
Total em operação	1.938.570	187.195	(8.632)	(95.660)	299.905	2.321.378
Imobilizado em andamento	625.027	216.515	(2.544)	–	(299.662)	539.336
Imobilizado	2.563.597	403.710	(11.176)	(95.660)	243	2.860.714

Ativos de direito de uso - arrendamentos	**Saldos em 1º de janeiro de 2024**	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2024**
Edificações e benfeitorias	27.486	2.556	–	(4.014)	–	26.028
Máquinas, Equipamentos e Instalações	2.475	1.914	(20)	(1.574)	–	2.795
Veículos	8.560	579	(346)	(3.199)	–	5.594
Arrendamentos Total	38.521	5.049	(366)	(8.787)	–	34.417
Imobilizado Total	2.602.118	408.759	(11.542)	(104.447)	243	2.895.131

Ativos próprios	**Saldos em 1º de janeiro de 2023**	**Adições**	**Baixa**	**Depreciação**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2023**
Terrenos	21.160	3.221	–	–	(40)	24.341
Edificações e benfeitorias	205.449	121.818	–	(11.922)	1.934	317.279
Máquinas, Equipamentos e Instalações	1.223.795	235.661	(384)	(53.272)	59.328	1.465.128
Veículos	537	59	–	(78)	–	518
Móveis e utensílios	23.745	48.655	(1)	(1.242)	552	71.709
Outros	37.770	38.540	–	(11.470)	(5.245)	59.595
Total em operação	1.512.456	447.954	(385)	(77.984)	56.529	1.938.570
Imobilizado em andamento	514.171	167.489	(16)		(56.617)	625.027
Imobilizado	2.026.627	615.443	(401)	(77.984)	(88)	2.563.597

Ativos de direito de uso - arrendamentos	**Saldos em 1º de janeiro de 2023**	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2023**
Edificações e benfeitorias	6.096	24.750	–	(3.360)	–	27.486
Máquinas, Equipamentos e Instalações	2.406	3.234	(589)	(2.576)	–	2.475
Veículos	2.857	10.996	(2.804)	(2.489)	–	8.560
Arrendamentos Total	11.359	38.980	(3.393)	(8.425)	–	38.521
Imobilizado Total	2.037.986	654.423	(3.794)	(86.409)	(88)	2.602.118

16. Intangível:	**2024**	**2023**
Desenvolvimento de produtos	679.650	655.133
Direitos de uso e Softwares	52.308	52.503
	731.958	707.636

Movimentação dos saldos	**Saldos em 1º de janeiro de 2024**	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2024**
Direitos de uso e softwares	52.503	12.588	–	(12.479)	(304)	52.308
Desenvolvimento de produtos	655.133	8.295	(5.246)	(16.434)	37.902	679.650
Total em operação	707.636	20.883	(5.246)	(28.913)	37.598	731.958
Intangível em andamento	204.287	215.661	(3.636)	–	(37.841)	378.471
Total	911.923	236.544	(8.882)	(28.913)	(243)	1.110.429

	Saldos em 1º de janeiro de 2023	**Adições**	**Baixa**	**Amortização**	**Transferência**	**Saldos em 31 de dezembro de 2023**
Direitos de uso e softwares	38.587	24.787	(868)	(10.095)	92	52.503
Desenvolvimento de produtos	627.513	11.934	(1.119)	(12.388)	29.193	655.133
Total em operação	666.100	36.721	(1.987)	(22.483)	29.285	707.636
Intangível em andamento	–	261.575	(28.091)	–	(29.197)	204.287
Total	666.100	298.296	(30.078)	(22.483)	88	911.923

Redução de valor recuperável de ativos *(Impairment):* A Companhia testa no mínimo anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e também quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios. Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado. O valor recuperável é determinado como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda. Neste contexto, os valores recuperáveis foram estimados pela Companhia com base nos cálculos dos valores em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para um período de cinco anos, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o exercício seguinte, que preveem o crescimento das vendas com marcas existentes, novas marcas advindas de aquisições e pesquisas e desenvolvimentos, com correspondentes investimentos necessários para implementação dos planos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas que não excedem a média da taxa de crescimento definida no período inicial de 5 anos. As projeções consideram margens operacionais definidas em observância com: (i) o desempenho histórico da Companhia; (ii) as expectativas futuras de evolução dos negócios; e (iii) taxas médias ponderadas de crescimento alinhadas com previsões setoriais do mercado de atuação. No contexto do teste de recuperabilidade, a taxa de desconto antes dos impostos foi reconciliada através de cálculo interativo, tomando-se como ponto de partida a taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 11,32%, em termos nominais e após imposto, foi calculada através da metodologia Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês), e corresponde a uma taxa pre-tax de 13,69%. O resultado do teste não apurou o valor recuperável inferior ao saldo contábil. Dessa forma, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas-chave conforme descrito anteriormente, as quais são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais. Complementarmente, foi conduzida a análise de sensibilidade com o objetivo de entender o impacto que variações em certas variáveis do teste teriam nas conclusões: (i) crescimentos em volumes; (ii) evolução de margens; (iii) montantes de investimentos; e (iv) taxa de desconto. Como resultado desta análise complementaria, não foram identificados aspectos que alterem a conclusões com relação à recuperabilidade dos ativos.

17. Fornecedores:	**2024**	**2023**
Fornecedores no país	314.898	299.540
Fornecedores no exterior	19.581	15.980
	334.479	315.520

18 Cessão de créditos:	**2024**	**2023**
Mercado local (risco sacado)	231.836	203.654
Mercado externo (forfait)	180.544	150.719
Total de cessão de crédito por fornecedores	412.380	354.373
Total de cessão de crédito de prestadores de serviços	27.600	20.355
Total da cessão de crédito	439.980	374.728

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Em 31 de dezembro de 2024, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 0,87% e 1,46%, com média ponderada de 1,01% ao mês (em 31 de dezembro de 2023, essas taxas foram entre 1,03% e 1,23%, com média ponderada de 1,13% ao mês). Em 31 de dezembro de 2024, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 5,12% e 7,55%, com média ponderada de 6,34% ao ano (em 31 de dezembro de 2023, essas taxas foram entre 7,02% e 8,88%, com média ponderada de 7,79% ao ano).

19. Empréstimos, financiamentos:

	Taxa nominal	**2024**	**2023**
Financiamento em moeda local			
Financiamento	Pré-fixada de 6% a.a.	10	134
		10	134
Circulante		10	124
Não circulante		–	10

(i) Contratos com cláusulas restritivas quanto à alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2024 as cláusulas restritivas foram atendidas.

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos:	**2024**
Imobilizado (valor líquido) penhorado	10
	10

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo: Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

		Valor contábil		**Valor justo**	
	Taxa nominal	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Financiamentos em moeda local					
Financiamentos	Pré-fixada de 6% a.a.	10	134	10	130
		10	134	10	130

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

				Passivos	**Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP**			
	Empréstimos e financiamentos	**Tributos a recolher**	**Dividendos a pagar**	**Outros passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2024	134	50.326	31.808	140.695	(286)	14.156	4.712.615	4.949.448
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	194.613	194.613
Pagamento de empréstimos - principal	(123)	–	–	(8.562)	–	–	–	(8.685)
Pagamento de empréstimos - juros	(5)	–	–	(4.468)	–	–	–	(4.473)
Mútuos passivos	–	–	–	2.835	–	–	–	2.835
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(128)**	**–**	**–**	**(10.195)**	**–**	**–**	**194.613**	**184.290**
Outras variações								
Baixa	–	–	–	(363)	–	–	–	(363)
Adições	–	–	–	2.091	–	–	–	2.091
Arrendamentos Mercantis	–	–	–	2.880	–	–	–	2.880
Tributos a recolher	–	1.701	–	–	–	–	–	1.701
Juros apropriados	4	–	–	4.538	–	–	–	4.542
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	6.825	6.825
Dividendos adicionais propostos	–	–	(31.808)	–	–	–	–	(31.808)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	25.215	25.215
Reversão de reserva para orçamento de capital	–	–	–	–	–	–	(95.426)	(95.426)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	606.312	606.312
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	664	664
Outros Passivos	–	–	–	14.253	–	–	–	14.253
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	(59)	–	–	(59)
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	(982)	(14.156)	–	(15.138)
Total das outras variações relacionadas com passivos	**4**	**1.701**	**(31.808)**	**23.399**	**(1.041)**	**(14.156)**	**543.590**	**521.689**
Em 31 de dezembro de 2024	**10**	**52.027**	**–**	**153.899**	**(1.327)**	**–**	**5.450.818**	**5.655.427**

				Passivos	**Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP**			
	Empréstimos e financiamentos	**Tributos a recolher**	**Dividendos a pagar**	**Outros passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	4.927	36.477	54.115	129.920	(8.066)	7.770	3.680.663	3.905.806
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	735.986	735.986
Pagamento de empréstimos - principal	(4.765)	–	–	(7.852)	–	–	–	(12.617)
Pagamento de empréstimos - juros	(153)	–	–	(3.019)	–	–	–	(3.172)
Dividendos pagos	–	–	(45.401)	–	–	–	–	(45.401)
Mútuos passivos	–	–	–	(2.150)	–	–	–	(2.150)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(4.918)**	**–**	**(45.401)**	**(13.021)**	**–**	**–**	**735.986**	**672.646**
Outras variações								
Baixa	–	–	–	(2.847)	–	–	–	(2.847)
Adições	–	–	–	16.847	–	–	–	16.847
Arrendamentos Mercantis	–	–	–	24.764	–	–	–	24.764
Tributos a recolher	–	13.849	–	–	–	–	–	13.849
Juros apropriados	125	–	–	–	–	–	–	125
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	3.651	3.651
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	136.202	136.202
Dividendos adicionais propostos	–	–	23.094	–	–	–	(162.345)	(139.251)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	16.436	16.436
Constituição de reserva para orçamento de capital	–	–	–	–	–	–	95.426	95.426
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	219.916	219.916
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(13.320)	(13.320)
Outros Passivos	–	–	–	(18.013)	–	–	–	(18.013)
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	26.686	(27.139)	–	(453)
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	(18.906)	33.525	–	14.619
Total das outras variações relacionadas com passivos	**125**	**13.849**	**23.094**	**20.751**	**7.780**	**6.386**	**295.966**	**367.951**
Em 31 de dezembro de 2023	**134**	**50.326**	**31.808**	**137.650**	**(286)**	**14.156**	**4.712.615**	**4.946.403**

continua

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição dos tributos diferidos ativos: Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal acumulados, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2025.

	2024	2023
Crédito tributário		
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	445.110	71.631
Contingências	1.973	3.538
Perda de crédito esperada	978	978
Provisão para estoques	54.810	39.379
Provisões trabalhistas	20.980	20.488
Stock Option realizada	6.606	5.505
Outras diferenças temporárias	66.899	59.073
Total do crédito tributário	597.356	200.592
(–) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(295.157)	(171.087)
Saldo remanescente do crédito tributário	302.199	29.505

b. Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias.

	2024	2023
Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais:		
Valor justo do imobilizado - combinações de negócios	67.519	69.646
Diferença de taxa contábil e fiscal de imobilizados	217.325	171.246
Gastos com capitalização a realizar	9.071	9.440
Outros	1.242	107
Total do débito tributário	295.157	250.439
(–) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza	(295.157)	(171.087)
Saldo remanescente do passivo diferido	–	79.352

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	565.856	434.133
Alíquota combinada - %	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(192.367)	(147.605)
Resultado da equivalência patrimonial	62	(79)
Subvenção governamental	125.943	26.531
Incentivo de pesquisa e desenvolvimento	12.614	12.220
Receitas/Despesas não dedutíveis (permanentes)	(7.816)	3.528
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(61.564)	(105.405)
Corrente	(1.903)	–
Diferido	(59.661)	(105.405)
	(61.564)	(105.405)
Operações continuadas	(61.564)	(105.405)
	-11%	-24%

21. Tributos a recolher:

	2024	2023
ICMS a recolher	26.621	33.213
IPI/PIS/COFINS a recolher	23.222	15.709
Outros impostos a recolher	3.707	1.404
	53.550	50.326
Circulante	52.027	50.326
Não circulante	1.523	–

22. Outros passivos:

	2024	2023
Fretes a pagar	6.491	5.974
Serviços prestados	41.450	45.603
Compras de ativo fixo	40.117	16.613
Arrendamentos mercantis (i)	37.460	41.344
Provisões de impostos sobre perdas de estoques	9.854	9.308
Outras	18.527	18.808
	153.899	137.650

	2024	2023
Circulante	125.418	104.480
Não circulante	28.481	33.170
(i) Passivos de arrendamentos:	**2024**	**2023**
Circulante	9.014	8.208
Não circulante	28.446	33.136
	37.460	41.344

As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	13.451
Pagamento de empréstimos - principal	(7.852)
Pagamento de empréstimos - juros	(3.019)
Adições	16.847
Baixa	(2.847)
Remensuração	24.764
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.344
Pagamento de empréstimos - principal	(8.562)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.468)
Adições	2.091
Baixa	(363)
Remensuração	2.880
Juros apropriados	4.538
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.460

a. Vencimentos das prestações: Os montantes dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2024
Até 2 anos	5.484
Entre 2 e 5 anos	12.532
Acima de 5 anos	10.430
	28.446

b. Direito tributário sobre arrendamento: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	43.352	37.460
PIS/COFINS potencial	(3.418)	(2.344)
	39.934	35.116

c. Contratos por prazo e a taxa de desconto: A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
De 2 a 5 Anos	10,60%
Acima de 5 Anos	12,37%

O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados pela taxa nominal.

	2024	2023
Passivo de arrendamentos		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	37.460	41.344
Fluxo com projeção de inflação	39.850	43.808
Variação	6,38%	5,96%
Direito de uso líquido - saldo final		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	34.417	38.521
Fluxo com projeção de inflação	36.613	40.817
Variação	6,38%	5,96%
	2024	**2023**
Despesas financeiras		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(4.514)	(4.081)
Fluxo com projeção de inflação	(4.802)	(4.324)
Variação	6,38%	5,96%
Despesa de depreciação		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(8.787)	(8.425)
Fluxo com projeção de inflação	(9.348)	(8.927)
Variação	6,38%	5,96%

23. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

	2024			2023		
	Prognóstico de perda provável	Depósito judicial	Contingência líquida de depósito Judicial	Prognóstico de perda provável	Depósito judicial	Contingência líquida de depósito judicial
Trabalhista (i)	1.957	–	1.957	1.472	–	1.472
Tributária (ii)	862	–	862	5.878	(5.224)	654
Administrativas/outras (iii)	2.985	–	2.985	3.056	–	3.056
Responsabilidade de ex-proprietários	2.660	–	2.660	908	–	908
	8.464	–	8.464	11.314	(5.224)	6.090

Movimentação das Contingências:

	2023	Atualização monetária	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Trabalhista	1.472	116	1.145	(539)	(237)	1.957
Tributária	5.878	22	186	(5.224)	–	862
Administrativas/ outras	3.056	252	30	(276)	(77)	2.985
Responsabilidade de ex-proprietários	908	137	2.571	(956)	–	2.660
	11.314	527	3.932	(6.995)	(314)	8.464
Depósitos judiciais	(5.224)	–	–	5.224	–	–
	6.090	527	3.932	(1.771)	(314)	8.464

	2022	Atualização monetária	Adições	Reversões	Pagamentos	2023
Trabalhista	2.005	161	791	(423)	(1.062)	1.472
Tributária	5.855	23	–	–	–	5.878
Administrativas/ outras	4.870	244	60	(1.488)	(630)	3.056
Responsabilidade de ex-proprietários	655	21	232	–	–	908
	13.385	449	1.083	(1.911)	(1.692)	11.314
Depósitos judiciais	(6.605)	–	–	1.381	–	(5.224)
	6.780	449	1.083	(530)	(1.692)	6.090

(i) Trabalhista: São 39 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R$ 1.957. **(ii) Tributária:** 1 processo, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R$ 862. **(iii) Administrativas/ outras:** São 16 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R$ 2.985. **a. Contingências possíveis - (Responsabilidade da Companhia e dos Ex-Proprietários):** A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios, que pela atual avaliação de probabilidade de perda, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	2024	2023
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	293	1.184
Trabalhista	20.959	13.975
Administrativas/outras	1.080	590
Responsabilidade de ex-proprietários	195.254	190.309
	217.586	206.058

24. Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente integralizado é de R$ 4.494.701 (em 31 de dezembro de 2023 - R$ 4.300.088), representado por 1.334.826.628 (em 31 de dezembro de 2023 - 1.427.649.825) ações ordinárias. Em 04 de outubro de 2023, o capital social foi aumentado em R$ 995.000 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 283.807.473 (duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e sete mil, quatrocentos e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 3,505897822 cada ação, a serem futuramente emitidas ("Novas Ações"). Desse valor foram integralizados R$ 735.986 em 2023, R$ 194.613 em 2024 e o saldo restante será integralizado até 30 de junho de 2025. **b. Reserva de capital: Opções de compra de ações:** Os planos de ações e opções têm como objetivos principais, atrair, reter e engajar os executivos da Companhia, garantindo que os talentos essenciais permaneçam motivados e comprometidos, além de alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas, promovendo uma visão compartilhada e objetivos comuns. **(i) Opção de compra de ações:** O plano de opção de compra de ações concede ao beneficiário o direito, sem a obrigação, de adquirir lotes de ações da Companhia a preços e prazos predefinidos. Para cada programa, é definida a quantidade de ações que podem ser outorgadas, levando em consideração o percentual de diluição de capital aprovada. As opções podem ser exercidas pelos beneficiários após o encerramento da carência, de acordo com o período definido e a data de vigência de cada programa. Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes, utilizando a taxa Selic e a volatilidade histórica anual na data dos contratos firmados com os beneficiários. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano III em 10 de outubro de 2011, que contempla os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas: • Programa 2017: 11 de abril de 2017. • Programa 2023: 28 de dezembro de 2022. **(ii) Plano de concessão de ações em regime de Matching:** O plano de concessão de ações em regime de Matching oferece aos elegíveis a oportunidade de investir entre 50% e 100% do valor líquido do bônus ou do Programa de Participação nos Resultados (PPR) na aquisição de ações da Companhia, com uma contrapartida (match) em ações. Essa contrapartida é sujeita a um período de carência, durante o qual o beneficiário deve manter posse das ações adquiridas. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que cumpridos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo um maior alinhamento e integração entre seus interesses e o da Companhia, além de fomentar o compartilhamento dos riscos inerentes ao mercado de capitais. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2018 e 2019 em 19 de abril de 2018 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2020 e 2025 em 22 de abril de 2020. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching	
Programas 2018 e 2019	21 de fevereiro de 2019
Programas 2020 e 2025	23 de março de 2021

(iii) Plano de Outorga de Ações Restritas: Concessão futura de ações para os eleitos, conforme as regras do programa e cumprimento de um período de carência estabelecido. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas em 14 de abril de 2016, cujos aditamentos foram aprovados em 19 de abril de 2018 e 24 de abril de 2019. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

Plano de Outorga de Ações Restritas	
Programa 2019-B	26 de abril de 2019
Programa 2020	24 de julho de 2020
Programa 2021	26 de fevereiro 2021
Programa 2022	31 de janeiro 2022
Programa 2023	28 de dezembro 2022

c. Reserva de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica a variação de valor de aquisição de empresas liquidadas com ações e ganhos ou perdas em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais, o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge. **e. Proposta de destinação do resultado:** Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2024:

		2024
Resultado líquido do exercício		504.292
Constituição de reserva legal		(25.215)
Constituição de incentivos fiscais		(479.077)
Base de cálculo dos dividendos	**(a)**	**–**
Porcentagem dos dividendos mínimos obrigatórios	(b)	25%
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	**(c) = (a) x (b)**	**–**
Constituição de reserva para orçamento de capital		**–**

25. Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Vendas brutas de produtos e serviços	3.502.527	3.402.455
Devoluções	(4.006)	(7.544)
Impostos	(357.100)	(334.206)
Receita líquida	3.141.421	3.060.705

26. Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos:

	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(2.606.347)	(2.471.623)
Matéria-prima	(799.651)	(866.996)
Material de embalagem	(390.970)	(412.739)
Mão de obra	(529.358)	(535.721)
Despesas com depreciações e amortizações	(79.975)	(63.752)
Revenda	(470.963)	(608.068)
Perdas nos estoques	(62.069)	10.590
Variações dos estoques/outros	(273.361)	5.063
Despesas com vendas e marketing	(171.111)	(188.094)
Despesas com marketing	(224)	(187)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(224)	(187)
Despesas com vendas	(170.887)	(187.907)
Força de vendas	(2.109)	(2.117)
Despesas com fretes e logística	(18.629)	(15.350)
Pesquisa e desenvolvimento	(111.271)	(137.520)
Despesas com depreciações e amortizações	(35.563)	(29.710)
Demais despesas	(3.315)	(3.210)
Despesas administrativas e gerais	(95.980)	(91.256)
Salários e encargos sociais	(58.721)	(57.056)
Advogados, assessorias e auditoria	(8.701)	(8.734)
Despesas com depreciações e amortizações	(26.003)	(23.383)
Demais despesas	(2.555)	(2.083)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:

	2024	2023
Ganhos eventuais (*)	312.074	133.636
Receitas de aluguéis	2.768	2.340
Contingências cíveis e trabalhistas	(653)	1.962
	314.189	137.938

(*) substancialmente referem-se às subvenções governamentais de anos anteriores.

c. Receitas financeiras:	**2024**	**2023**
Juros ativos	2.220	1.798
Rendimentos de aplicações financeiras	18.761	14.277
	20.981	16.075

d. Despesas financeiras:	**2024**	**2023**
Juros sobre financiamentos e empréstimos	(4)	(125)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(9)	(340)
Atualizações monetárias de contingências	(390)	(428)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(15)	(35)
Custo de *hedge* e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	(29.715)	(22.952)
Outros	(2.834)	(1.418)
Reversão de ajuste a valor presente	(4.514)	(4.081)
	(37.481)	(29.379)

27. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir:

Nos ativos e passivos

2024	Clientes	Outros valores a receber (*)	Outros passivos	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Hypera S.A.	699.871	–	(3.144)	(5.864)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	–	–	(15)	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	1.021	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	(107)	(61)	–
My Agência de Propaganda Ltda.	–	76	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	(66)	–	–
	699.871	1.097	(3.317)	(5.940)	–

2023	Clientes	Outros valores a receber	Outros passivos	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Hypera S.A.	642.872	–	–	(6.464)	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	319	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(179)	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	(42)	–	–
	642.872	319	(42)	(6.643)	–

No resultado do exercício

2024	Vendas de mercadorias/ produto (*)	Compras de mercadorias/ produtos	Receita de aluguéis	Serviços prestados	Amortização de arrendamento	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(186)	(114)	(14)	–
Hypera S.A.	3.480.371	–	3.051	–	(512)	(359)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(11.775)	–	–	–	–	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	(21.802)	–	–	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	–	(263)	–	–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	–
	3.480.371	(33.577)	3.051	(449)	(626)	(373)	–

2023	Vendas de mercadorias/ produto (*)	Compras de mercadorias/ produtos	Receita de aluguéis	Serviços prestados	Amortização de arrendamento	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(106)	(134)	(18)	–
Hypera S.A.	3.401.794	–	2.340	–	–	(94)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(14.982)	–	–	–	–	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	–	–	–	–	–	
Megatelecom Telecomunicações S.A.		–		(120)		–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	167
	3.401.794	(14.982)	2.340	(226)	(134)	(112)	167

(*) Refere-se as vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2024 é de R$ 3.141.421 (31 de dezembro de 2023 - R$ 3.060.705).

28. Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia mantém suas plantas fabris em locais controlados e industriais e publica anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, tomando medidas robustas para a redução de sua intensidade de emissões diretas de CO_2 equivalentes. Dentre os principais riscos físicos monitorados nestas plantas quanto ao tema climático, salienta-se o de interrupção da produção devido à eventos climáticos extremos, mesmo suas plantas sendo instaladas em locais livres de estresse hídrico ou inundações. Além disso, danos a instalações podem ocorrer em caso de chuvas e vendavais ocasionados por eventos extremos. Os riscos de rupturas no abastecimento de insumos são mitigados com fortalecimento na cadeia de suprimentos, incluindo alternativas para fornecimento. Sobre os riscos de transição, a evolução regulatória em relação a emissões de carbono, descarte de resíduos e uso de recursos naturais poderá resultar em custos adicionais e investimentos em tecnologias mais limpas. A Companhia monitora ativamente essas mudanças e integra análises de risco climático em seus processos, mapeando também as oportunidades relacionadas ao tema. Para prevenir esses riscos, a Companhia possui sistemas de reuso de água, além de poços artesianos e bacias de infiltração de água de chuva para minimizar os efeitos de seca extrema e ainda, como medidas preventivas, o controle e as ações para redução dos índices de água e resíduos sólidos por unidade produzida são priorizados, além de ações periódicas para o monitoramento dos principais indicadores ambientais junto ao Comitê de Eficiência de Recursos Naturais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). Os projetos de lei complementar 68 e 108 foram apresentados pelo governo para tratar do assunto. O projeto de lei complementar 68 foi aprovado pelo Congresso, enquanto o projeto de lei complementar 108 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Diretoria

Juliane Dias Piotto Juabre
Diretora

Rafael Vito Batista
Diretor

Contador
Adilson Benjamim de Lima
CRC 1SP 221851/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

continua →★

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 23 de maio de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2GO001774/F-2

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador
CRC 1SP215373/O-9

Câmara aprova aumento de punição a quem provocar incêndios florestais

Projeto de lei ainda será analisado pelo Senado

Agência Brasil

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



A punição para quem provocar incêndio em floresta e em outras formas de vegetação poderá ser aumentada, passando de reclusão de 2 a 4 anos para reclusão de 3 a 6 anos e multa, conforme prevê o projeto de Lei (PL) 3330/24, aprovado nesta segunda-feira (2) pela Câmara dos Deputados. A proposta, que ainda precisa passar pelo Senado, também proíbe o infrator de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos, após o trânsito em julgado da sentença.

Os deputados aprovaram um texto substitutivo ao projeto do deputado Gervásio Maia (PSB-PB). A proposta, relatada pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG), determina ainda o agravamento da pena de um terço à metade, se o crime for praticado expondo a perigo iminente e direto a população e a saúde pública em centros urbanos; atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do poder público, a regime especial de uso; por duas ou mais pessoas.

O mesmo agravamento poderá incidir se o crime for praticado expondo a perigo iminente e direto espécies que constem em lista oficial de espécies raras ou ameaçadas de extinção e com a finalidade de obter vantagem pecuniária para si ou para outrem. A pena é aumentada até o dobro, se o crime resulta a morte de alguém.

No caso de ter sido praticado expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outro, o crime terá o aumento da pena de um sexto a um terço. Se for culposo, ou seja, praticado sem dolo ou intenção, a pena será de detenção, de um a dois anos, e multa.

Patrus Ananias disse que o projeto estabelece uma penalização mais adequada para os criminosos ambientais, com responsabilização penal, administrativa e econômica dos infratores.

"A continuidade dessas práticas, muitas vezes facilitada pela falta de punições mais eficazes, representa um desafio que precisa ser enfrentado com a colaboração de toda a sociedade e das autoridades públicas", destacou o relator.

O projeto não aplica punição nos casos em que a queima for controlada e prescrita, nem devido a seu uso tradicional e adaptativo. Ou seja, quando for aplicada visando o devido manejo ambiental.

O deputado disse ainda que muitos incêndios são causados por grupos criminosos e que o crime compromete o desenvolvimento econômico sustentável, intensifica desigualdades sociais e afeta a saúde pública, em virtude da emissão de poluentes e da destruição de ecossistemas.

"Grande parte desses incêndios decorre de atos criminosos, com registros audiovisuais comprovando a ação deliberada de incendiários, frequentemente associados a organizações criminosas que exploram ilicitamente recursos naturais. Essas organizações, muitas vezes, são as mesmas que praticam grilagem de terras, extração ilegal de madeira, mineração clandestina e tráfico de animais silvestres, atividades que geram lucros elevados à custa de danos socioambientais irreparáveis", apontou.

Câmara aprova projeto que facilita parceria para enfrentar calamidades

Agência Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou hoje (2) o Projeto de Lei (PL) 1707/2025, do Governo Federal, que estabelece regras especiais para parcerias com organizações da sociedade civil (OSC) durante estado de calamidade pública.

O texto, que segue agora para análise do Senado, considera que a adoção das medidas deve ocorrer de maneira excepcional e voltada para o enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública, quando reconhecido pelo governo federal.

As regras se aplicam às parcerias firmadas pela União ou por estados e municípios quando envolverem transferência de recursos federais.

Segundo o texto do PL, organizações que já mantenham parceria com a administração ou credenciadas terão preferência para firmar os acordos.

Ao encaminhar o projeto para o Congresso, o governo destacou que a medida estabelece regras claras, simplificadas e desburocratizadas, visando dar segurança jurídica e que também foca na transparência dos atos.

"As medidas excepcionais previstas buscam garantir segurança jurídica aos gestores públicos e às OSC, viabilizando a celebração de parcerias emergenciais, o ajuste do objeto de parcerias preexistentes e simplificação das regras para prestação de contas para atuação focada no enfrentamento de estado de calamidade pública", diz mensagem encaminhada pelo Poder Executivo.

Pela proposta, a administração pública poderá alterar os planos de trabalho de parcerias em vigor na data em que declarado o estado de calamidade, inclusive seus respectivos objetos, metas e resultados esperados.

Os gestores também poderão prorrogar, suspender ou encerrar as parcerias preexistentes, cujas atividades previstas em plano de trabalho tenham sido impactadas por estado de calamidade pública e que não possam ser alteradas; além de adotar processos simplificados de prestação de contas.

O projeto diz ainda que poderão ser celebradas parcerias emergenciais com dispensa de chamamento público quando ficar comprovada necessidade de pronto atendimento de estado de calamidade pública e risco iminente e gravoso à preservação dos direitos da população atingida.

A relatora do projeto, deputada Jack Rocha (PT-ES), destacou que a iniciativa é oportuna por garantir que a administração pública tenha flexibilidade e mecanismos adequados para agir rapidamente em situações de calamidade pública.